



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO - FAU, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, os pareceres dos recursos do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Prudentópolis-PR, sob Regime Estatutário, interpostos contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura, no caso de anulação de questão da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 02 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a palavra paroxítona é aquela cuja penúltima sílaba é tônica, sendo que a sílaba final da palavra é a última. A palavra pos-sí-vel é uma paroxítona, pois tem a penúltima sílaba tônica e acentuada por ser uma paroxítona terminada em “l” (MESQUITA, 1999 p. 101). As palavras *Biológico*, *Médicos*, *Últimos* e *Jurídico* são todas proparoxítonas, ou seja, têm a antepenúltima sílaba tônica.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



QUESTÃO 03 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que dígrafo é o grupo de duas letras que se usam para representar um só fonema (MESQUITA, 1999, p. 60). Nas palavras *Filha*, *Pessoas*, *Chocante* e *Ocorrência* temos dígrafos. Na palavra *Problema*, cada letra representa um fonema e temos apenas dois encontros consonantais.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que adjetivo é a palavra que expressa qualidade ou característica, sofre variações em função do nome a que se refere e, sintaticamente, acompanha um nome. No caso do período em tela, o adjetivo *principal* está qualificando o substantivo *impulsionador*.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 07 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no período em tela, a crase foi empregada por regência verbal do verbo dizer. A Regência Verbal é a relação de dependência que se estabelece entre os verbos e seus complementos (MESQUITA, 1999, p. 528). No caso do verbo dizer, ele exige um complemento direto, sem o uso de preposição (o que se diz), e um complemento indireto (a quem se diz) com o auxílio de uma preposição. Como temos a junção de uma preposição “a” exigida pelo verbo, a quem se diz, e um artigo “a” exigido pelo substantivo feminino, CNN, temos a crase.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



QUESTÃO 09 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os termos em destaque no período, que formam o nome próprio Victoria Hill, cada termo corresponde a uma palavra, exercem a função sintática de sujeito, ou seja, são os termos que indicam o ser a respeito de quem se diz alguma coisa (MESQUITA, 1999, p. 399).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 10 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que objeto direto é o complemento que integra o sentido de um verbo transitivo direto ao qual se liga diretamente sem preposição (MESQUITA, 1999, p. 421). Quando o complemento for uma oração com valor de objeto direto, no caso do período em tela complementando o verbo *descobrir*, temos uma Oração Subordinada Substantivo Direta.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

RESOLUÇÃO: 42 salas com dois ficas temos 84 pessoas + 18 pessoas da organização = 102 pessoas.

$102 \times 210 = R\$ 21.420,00$. Alternativa correta Letra D.



QUESTÃO 12 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

RESOLUÇÃO: de 2,5 % passou para 12,5% (2,5 x 5)

2 litros = 2.000 ml

12,5% de 2000 = 250 ml

Alternativa correta Letra E.

QUESTÃO 15 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

Média Homens = $(4250+3890+6780+5600+3900)/5 = 4.884$

Média Mulheres = $(6800+2440+3220+3840+4120)/5 = 4084$

Diferença: $4884 - 4084 = R\$ 800,00$

Alternativa correta Letra D.

QUESTÃO 18 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

RESOLUÇÃO: $3840 / 200 = 19,2$ como recebe por semana, deve no mínimo trabalhar 20 semanas.

Alternativa correta Letra D.



QUESTÃO 19 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$150 \text{ gramas} = 0,15 \text{ Kg}$$

$$0,15 \text{ Kg} \text{ -----} 13,70$$

$$15 \text{ Kg} \text{ -----} X$$

$$X = \text{R\$ } 1.370,00$$

Alternativa Correta Letra A.

QUESTÃO 20 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

RESOLUÇÃO:

$$\text{CUSTO } C(x) = 200.000 + 2,4 x$$

$$\text{RECEITA } R(x) = 32 x$$

$$\text{LUCRO} = \text{RECEITA} - \text{CUSTO}$$

$$L(x) = 32 x - (200.000 + 2,4x)$$

$$L(x) = 29,6 x - 200.000$$

$$1.280.000 = 29,6 x - 200.000$$

$$X = 50.000$$

Alternativa Correta Letra C.



CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que dentro dos relatórios oficiais dos mesmos sites indicados pelo recurso (IBGE, DERAL e IPARDES), encontram-se dados definitivos referentes apenas à safra 2022, que foram consolidados no segundo semestre de 2023. Nestes relatórios, nas duas colheitas da safra anual a área destinada ao feijão em Prudentópolis foi superior a 23 mil hectares. Mesmo individualmente, a segunda colheita representou mais de 14 mil hectares de área colhida. Se já existirem relatórios oficiais consolidados mais recentes, e nos quais durante a safra a batata supere os dados do feijão, é necessário demonstrar os links exatos para acesso a estes dados. Infelizmente, links gerais para os sites do governo não suprem essa necessidade e, portanto, não alteram o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Cidades@ | Paraná | Pesquisa | Produção Agrícola - Lavoura Temporária | Prudentópolis, Paraná.” Brasília. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/prudentopolis/pesquisa/14/10193>.

Acesso em: 29 mar. 2024.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e Departamento de Economia Rural (DERAL). “Valor Bruto da Produção - SEAB/DERAL. Versão definitiva do levantamento da produção rural paranaense por município” Município: Prudentópolis. Núcleo Regional: Guarapuava. Ano: 2022.” Disponível em:

https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/vbp_2022_relatorios_municipais_versao_definitiva.pdf.

Acesso em: 29 mar. 2024.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). “Cadernos Municipais - Município de Prudentópolis.” Curitiba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>. Acesso em: 29 mar. 2024.



QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os candidatos devem atentar para o significado do termo “inexoravelmente” e “inteiramente”. O caso da mudança administrativa do GSI para a Casa Civil e o recente escândalo chamado na mídia de “ABIN paralela” demonstra que a ABIN nem é inexorável, nem o governo pode muda-la completamente. Portanto, não há dualidade de informação, o que existe é uma informação falsa ou incorreta. Assim como falsa é a alegação de que a investigação envolvendo a conexão de Moretti e Ramagem tenha qualquer tipo de vínculo com a indústria farmacêutica. Não há, portanto, razão fundamentada para mudança do gabarito da questão.

Referência Bibliográfica: Agência Brasileira de Inteligência. Estrutura. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/institucional/estrutura/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

G1. Entenda o que é a Abin e quais são suas principais funções. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/28/entenda-o-que-e-a-abin-e-quais-sao-suas-principais-funcoes.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2024

RIC. Abin: saiba como funciona e quais as principais atividades da agência que é investigada. Disponível em: <https://ric.com.br/rn24h/politica/abin-saiba-como-funciona-e-qual-as-principais-atividades-da-agencia-que-e-investigada/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VEJA. Escândalo da Abin paralela abre crise e expõe atuação nebulosa da agência. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escandalo-da-abin-paralela-abre-crise-e-expoe-atuacao-nebulosa-da-agencia>. Acesso em: 29 mar. 2024.

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não há erro na questão, apenas interpretação de texto equivocada. A expressão “uma das maiores” não exclui a possibilidade de ser a maior. Ela simplesmente indica que a cidade em questão está entre as maiores, o que é verdade para Joinville. Além disso, “maior” pode se referir a diferentes métricas, e mesmo que Joinville seja a maior em termos de população, pode não ser a maior em termos de área geográfica, IDH ou PIB, por exemplo. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.



Referência Bibliográfica:

Agência de Notícias SECOM. Municípios de Santa Catarina estão entre os 30 com maiores PIB do país. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/santa-catarina-tem-municipios-entre-os-30-com-maiores-pib-do-pais/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

G1. Censo do IBGE: quais são as 15 cidades mais populosas de Santa Catarina.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-quais-sao-as-15-cidades-mais-populosas-de-santa-catarina.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2024.

IBGE Cidades. Santa Catarina - Pesquisa.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/0>. Acesso em: 29 mar. 2024.

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a aquisição se trata de mercado de capitais e não depende do órgão regulador CADE para ser iniciada. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que foi acordada entre a Nestle e fundos como FIP Dutch, Advent International e Grupo CRM. De imediato, a Nestle já tomou medidas administrativas, como manter a CEO Renata Moraes Vichi no cargo que já ocupava, suavizando a transição e sinergia das empresas. Em segundo lugar, a aprovação do CADE é um requisito importante e necessário para manter as operações como estão no Brasil. Mas, o Conselho já foi afrontado pela própria Nestle quando adquiriu a Garoto no início dos anos 2000. Após recursos judiciais, o CADE levou mais de 20 anos para aprovar a aquisição, ainda que com restrições, para encerrar a disputa no mercado brasileiro de chocolates. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Martello, Alexandre. “Após 20 anos, Cade aprova com restrições compra da Garoto pela Nestlé.” G1, 7 de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/07/apos-20-anos-cade-aprova-com-restricoes-compra-da-garoto-pela-nestle.ghtml>. Acesso em 29 mar. 2024.

NESTLÉ. Nestlé Brasil chega a acordo para aquisição do grupo CRM, dono da Kopenhagen.



Disponível em:

<https://www.nestle.com.br/media/pressreleases/allpressreleases/nestle-brasil-chega-acordo-para-aquisicao-do-grupo-crm-dono-da-kopenhagen>.

Acesso em: 29 mar. 2024.

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que desde maio de 2022, quando a Suécia anunciou sua intenção de entrar na OTAN, o presidente Erdogan foi um dos únicos líderes europeus a se posicionar publicamente contrário à ideia. Tanto que apenas no fim de janeiro de 2024 que o parlamento turco efetivamente aprovou essa moção, após várias ameaças de desistência. É público e notório que esta foi uma estratégia política usada ao limite por Erdogan, que usou seu poder de veto para tentar negociar todas as vantagens possíveis para os interesses de seu país. A alteração do tempo verbal “insistiu” por “insistir” não altera a correta interpretação da questão sobre o tema. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

BBC News Brasil. “Por que Turquia diz que vetará entrada de Suécia e Finlândia na Otan”. Publicado em 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61474467>. Acesso em: 29 de março de 2024.

G1. “Parlamento da Turquia aprova entrada da Suécia na Otan”. Publicado em 23 de janeiro de 2024.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/23/parlamento-da-turquia-aprova-entrada-da-suecia-na-otan.ghtml>. Acesso em: 29 de março de 2024.

G1. “O que a Otan ganharia com a adesão da Suécia”. Publicado em 15 de julho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/15/o-que-a-otan-ganharia-com-a-adesao-da-suecia.ghtml>. Acesso em: 29 de março de 2024.

O Globo. “Turquia não ratificará adesão da Suécia à Otan antes de outubro, diz Erdogan”. Publicado em 12 de julho de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/12/turquia-nao-ratificara-adesao-da-suecia-a-otan-antes-de-outubro-diz-erdogan.ghtml>.

Acesso em: 29 de março de 2024.



O Globo. “Presidente da Turquia condiciona entrada da Suécia na Otan à venda de caças F16 pelos EUA”. Publicado em 8 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/08/presidente-da-turquia-condiciona-entrada-da-suecia-na-otam-a-venda-de-cacas-f16-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 29 de março de 2024.

Exame. “Comissão parlamentar turca aprova adesão da Suécia à Otan”. Publicado em 26 de dezembro de 2023.

Disponível em: <https://exame.com/mundo/comissao-parlamentar-turca-aprova-adesao-da-suecia-a-otam/>. Acesso em: 29 de março de 2024.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO – PERÍODO DA MANHÃ

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que os termos “à base de” formam uma locução prepositiva. As locuções prepositivas têm valor de preposição (MESQUITA, 1999, p. 364), ligando dois termos e estabelecendo uma circunstância, no caso do período em tela de matéria. A diferença entre a locução prepositiva e a locução adverbial é que, na primeira, o último vocábulo é sempre uma preposição (à base *de*) e, na segunda, nunca é a preposição (MESQUITA, 1999, p. 365). O substantivo *base* apenas não exige a preposição “a” como, por exemplo, em “fez uma base” ou “não tinha uma boa base na vida”.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 19 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que não apresenta a alternativa correta.



Resolução:

$$\text{Volume}_1 = 7 \times 1,8 \times 3,5 = 44,10$$

$$\text{Volume}_2 = 3 \times 1,5 \times 3,5 = 15,75$$

$$V_1 + V_2 = 44,10 + 15,75 = 59,85 \text{ m}^3$$

**CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO –
PERÍODO DA TARDE**

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A “Segundo especialistas, o banheiro e o esgoto precisam de atualizações.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Mas os banheiros necessitam desesperadamente de uma atualização – tal como toda a nossa abordagem ao esgoto, de acordo com muitos projetistas, engenheiros ambientais e especialistas em saneamento que esperam provocar uma mudança de paradigma. A alternativa B “A descarga é responsável por quase um terço do uso interno de água nas residências nos EUA.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Descartar nossos resíduos é, de certa forma, um desperdício, sendo responsável por quase um terço do uso interno de água nas residências dos EUA, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA). A alternativa C “Em Veneza, cresce o número de banheiros secos para o descarte dos resíduos humanos.” é claramente a INCORRETA de acordo com o seguinte trecho do texto: Ela não era uma especialista na área, mas ficou alarmada ao saber que algumas das águas residuais de Veneza são descarregadas diretamente nos seus canais e queria demonstrar uma abordagem circular ao saneamento: o banheiro “seco”. A alternativa D “Nos EUA, o método de descarte de compostagem a seco já é utilizado.” É correta de acordo com o seguinte trecho do texto: Nos EUA, os sanitários de compostagem seca têm sido construídos há muito tempo como alternativas aos autoclismos em casas rurais que não estão ligadas a um sistema de esgotos, ou por pessoas que não têm dinheiro para instalar uma fossa séptica neutralizante, que pode custar milhares de dólares. A alternativa E “Segundo especialistas, em áreas de seca ou inundações a questão do descarte de resíduos



humanos é ainda mais problemática.” é correta de acordo com o contexto geral do texto e os seguintes trechos: Kelsey McWilliams, uma engenheira ambiental que constrói sistemas circulares de saneamento em todo o país com a sua empresa Point of Shift, disse que a necessidade de soluções sustentáveis só aumentará em áreas atingidas por secas ou inundações. Em muitas partes do mundo, a utilização de instalações sanitárias com água tornou-se cada vez mais preocupante à medida que as alterações climáticas provocam secas extremas e inundações, que obstruem os esgotos e transbordam fossas sépticas. Em zonas de catástrofe ou em locais sem acesso a água corrente, a necessidade de inovação é ainda mais urgente.

QUESTÃO 04 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que na palavra *casa* a letra *s* representa o fonema [z] (MESQUITA, 1999, p. 49). O mesmo corre nas palavras *vaso*, *resíduo*, *quase* e *residência*. Já na palavra *recurso*, a letra *s* representa o fonema [s].

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 05 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a vírgula foi empregada para separar uma locução adverbial que expressa uma circunstância de lugar (MESQUITA, 1999, P. 473), ou seja, aonde a necessidade de inovação é ainda mais urgente. Sempre que a ordem canônica dos termos na frase (Sujeito – Verbo- Complementos – Advérbios) for alterada, e ocorrer deslocamento do advérbio, locução adverbial (caso do período em tela) ou oração subordinada adverbial deve-se isolar tais termos com vírgula.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os termos “à medida que” formam uma locução conjuntiva que expressa uma relação de proporcionalidade em relação ao verbo da oração principal (MESQUITA, 1999, p. 458). No caso do período em tela, na proporção que “as alterações climáticas provocam secas extremas e inundações, que obstruem os esgotos e transbordam fossas sépticas” torna-se mais preocupante a utilização de instalações sanitárias com água.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 09 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que a única alternativa que atende corretamente ao enunciado está na letra “C”, predicativo do sujeito.

QUESTÃO 10 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a oração subordinada em destaque no período classifica-se como Oração Subordinada Adverbial Final (MESQUITA, 1999, p. 457), pois expressa a finalidade da ação registrada pelo verbo da oração principal, ou seja, mover os excrementos para um recipiente maior e hermético ao longo de vários meses.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.



MATEMÁTICA

QUESTÃO 14 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$34,60 / 28,40 = 1,2183\dots, \text{ ou seja aumento de aproximadamente } 21,83\%$$

Alternativa correta Letra C.

QUESTÃO 17 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

Posição da mediana = $100 / 2 = 50$ pelo fato de ser par temos a média dos dois elementos do centro da serie no caso posição 50º e 51º, que estão ambos representados pelo número 2.

$$\text{Mediana} = (2 + 2) / 2 = 2$$

ALTERNATIVA CORRETA LETRA E.

QUESTÃO 18 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$10 \text{ ----- } 5$$



X ----- 1

1 X = 50

X = 50

Alternativa correta Letra E.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão se refere a atualidades sobre a economia nacional. O grupo CAO A, incluindo suas operações de produção, distribuição e revenda das marcas Subaru, Hyundai, Chery e Ford – aliás, o maior revendedor Ford do Brasil – possui milhares de funcionários em suas concessionárias e fábricas, além de ser considerada destaque no ranking das 1000 maiores empresas brasileiras. Está diretamente relacionada às novas políticas públicas que visam retomar a indústria nacional no setor automotivo, que por sua vez tem sido alvo de anúncios bilionários de investimento das montadoras internacionais nos últimos meses. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: CAO A. “Redes de Concessionárias Caoa”. Disponível em: <https://caoa.com.br/redes>. Acesso em: 29 mar. 2024.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). “Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento”. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171011_cadeias_globais_cap12.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que quando a reportagem se refere a Gufan como um homem Proto-Jê, significa que ele é ancestral dos povos Jê. No caso do Paraná e de Santa Catarina, os principais povos Jê atuais são Kaingang e Xocling. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.



Referência Bibliográfica: Barreiros, Isabela. “Conheça o rosto de Gufan, o paranaense de 2 mil anos”. Aventuras na História, UOL, 22 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/conheca-o-rosto-de-gufan-o-paranaense-de-2-mil-anos.phtml>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Museu Paranaense. “Museu Paranaense apresenta Gufan, o paranaense de dois mil anos”.

Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Noticia/Museu-Paranaense-apresenta-Gufan-o-paranaense-de-dois-mil-anos>. Acesso em: 29 mar. 2024.

G1. “Museu Paranaense abre exposição ‘Gufan, o paranaense de dois mil anos’”. Publicado em 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2017/noticia/2017/01/museu-paranaense-abre-exposicao-gufan-o-paranaense-de-dois-mil-anos.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Baniwa, Gersem. “Panorama e perspectiva dos povos indígenas no Brasil”. UnB Notícias, Universidade de Brasília, 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6476-panorama-e-perspectiva-dos-povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 29 mar. 2024.

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a referência à primeira-dama como Rosângela da Silva e não Rosângela Lula da Silva foi aplicado a todos os nomes femininos que constam nas alternativas, inclusive Simone Nassar Tebet, ora denominada Simone Tebet, e outras mais. A referência ao primeiro e ao último nome não modifica em nada a correta interpretação da questão. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: TOLEDO, Marina; CUNHA, Lílian. Saiba quem é Rosângela da Silva, a Janja, nova primeira-dama do Brasil. CNN Brasil, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-rosangela-da-silva-a-janja-nova-primeira-dama-do-brasil/>. Acesso em: 29 mar. 2024.



CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

MATEMÁTICA

QUESTÃO 12 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

RESOLUÇÃO:

24 ----- 15% (sindicalizados)
X ----- 85% (não sindicalizados)
X = 136 total de funcionários

Alternativa correta letra B.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a distância oficial da sede para a capital é de 200,88km. Porém, optou-se por não utilizar casas decimais. As pequenas variações estão relacionadas ao ponto de referência em que se inicia a contagem, e diante da discrepância entre as alternativas, não são relevantes na correta interpretação da questão. Portanto, não há razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

IPARDES. Caderno Estatístico de Prudentópolis. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>. Acesso em 29 mar. 2024.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADVOGADO

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, pois a semelhanças entre as questões quanto ao seu objeto de conhecimento (Responsabilidade do Estado), o qual é assunto básico de direito administrativo e, conseqüentemente, reiteradamente é exigido em concursos públicos, por si só não é motivo para a caracterização de plágio.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa apontada como correta se trata de transcrição *ipsis litteris* do dispositivo legal (art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21). O inciso II do retromencionado dispositivo legal traz outra hipótese de inexigibilidade de licitação, que não se confunde com a hipótese descrita no inciso I.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que para resolver a questão não é necessário a especificação do direito social. Ademais, o simples fato de a nova Lei ter revogado a Lei antiga (a qual concretizava direitos sociais), sem apresentar uma medida compensatória, já é razão suficiente para o reconhecimento de sua inconstitucionalidade em decorrência do princípio da “vedação ao retrocesso”. O princípio da “vedação ao retrocesso” assegura que o legislador não pode suprimir direitos sociais já concretizados, sem a apresentação de uma medida compensatória. Por sua vez, o princípio da “reserva do possível” é uma limitação jurídico-fática que o Poder Público pode alegar para fundamentar uma possível impossibilidade de prestar um direito fundamental, devido a restrições orçamentárias ou à irrazoabilidade da prestação exigida pelo indivíduo, por exemplo.



Referência Bibliográfica: BARROSO, Luís Roberto. BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. Revista Interesse Público. n. 19, v. 5, p. 51-80, 2003; JOBIM, Marco Félix; TESSARI, Cláudio. O princípio da vedação ao retrocesso social e a denominada jurisprudência da crise: uma mudança de paradigma? Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n.125, maio/jun. 2021.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o fato de ambas as questões exigirem conhecimento a respeito do mesmo assunto não caracteriza plágio. O conhecimento acerca da natureza do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como em qual hipótese tal parecer deixa de prevalecer é conteúdo reiteradamente cobrado em concursos públicos, em razão de sua relevância, e encontra previsão no Edital do presente Concurso Público (Lei Complementar Estadual 113/2005; Lei Complementar 101/2000). Ademais, a questão levantada quanto à natureza vinculante ou não vinculante do parecer prévio dos Tribunais de Contas é tema retirado do julgamento do RE 848.826.

Referência Bibliográfica: RE 848.826, red. do ac. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 10/8/2016, P, DJE de 24-8-2017, Tema 835, com mérito julgado.

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista (i) que o tema “suspensão e interrupção do contrato de trabalho” encontra previsão no edital, sendo dever do candidato portar o conhecimento necessário sobre as regras e exceções no que tange aos referidos institutos jurídicos, sejam elas disciplinadas na Consolidação das Leis do Trabalho, em legislação diversa ou decorrente de entendimentos jurisprudenciais consolidados; (ii) que o fato de ambas as questões narrarem situações em que o empregado solicita licença remunerada para lançar candidatura, sob pena de judicialização em caso de indeferimento, não se trata de plágio, mas sim de informações imprescindíveis para a resolução da questão, sem as quais o candidato não poderia chegar a opção correta, qual seja aquela prevista no art. 25, da Lei nº 7.664/1988.



QUESTÃO 46 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, nos termos do art. 879, § 2º, da CLT, incluído com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) “elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.” Ou seja, anteriormente à Reforma Trabalhista, a impugnação dos cálculos era realizada através de embargos à execução mediante a garantia do crédito exequendo. Todavia, tal procedimento mudou com advento da Reforma Trabalhista, sendo que a não impugnação logo após a intimação da conta líquida gera preclusão.

Referência Bibliográfica: MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 45ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o tema “Das Audiências” encontra previsão no edital, no tópico “DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO”, sendo dever do candidato portar o conhecimento necessário pertinente ao assunto, seja decorrente das previsões legais da Consolidação das Leis do Trabalho, de legislação diversa ou de entendimentos jurisprudenciais consolidados. Inclusive, o tema abordado na questão é objeto de entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 9).

Referência Bibliográfica: Súmulas do TST.

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o tema objeto da questão (limitações constitucionais ao poder de tributar/fiscalidade e extrafiscalidade) é assunto fundamental de direito tributário e, conseqüentemente, reiteradamente é exigido em concursos públicos e demais provas. Os únicos tributos que se revestem da característica de extrafiscalidade são os impostos de Importação, de Exportação, Sobre Produtos Industrializados



e Sobre Operações Financeiras e, em decorrência de sua natureza, são exceção aos princípios da anterioridade e legalidade tributária, podendo ter alíquota alterada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, cuja produção de efeitos pode ser imediata em razão da necessidade de regulação de mercado.

Referência Bibliográfica: MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Tributário. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os tributos de competência comum entre os entes federativos, a exemplo das taxas e contribuições de melhoria, somente serão devidos em decorrência de uma prestação de uma prestação pública, por isso são sinalagmáticos. O fundamento utilizado pelo candidato no sentido de que “a mera capacidade contributiva do contribuinte justifica a cobrança do tributo, independentemente da contraprestação estatal específica” aplica-se exclusivamente aos tributos de natureza não vinculada, ou seja, quando não se exige uma atuação específica para a cobrança do tributo, pois se assim fosse, certamente existiria grande insegurança jurídica aos contribuintes.

Referência Bibliográfica: MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Tributário. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 189; SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

AGENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o objeto dos contratos administrativos consiste em uma relação jurídica (ou diversas relações jurídicas) concernente a qualquer bem, direito ou serviço que seja do interesse da administração pública, ou necessária ao desempenho de suas atividades - obras, compras, fornecimentos, locações, alienações, serviços, concessões. Nas matérias que devam ser regidas predominantemente pelo direito privado, como as concernentes ao domínio econômico em sentido estrito, serão



celebrados, em regra, “contratos de direito privado da administração pública”, e não contratos administrativos (propriamente ditos).

Em qualquer caso, cumpre frisar, a administração somente pode atuar visando à satisfação do interesse público.

A nota realmente característica dos contratos administrativos, que os peculiariza, diferenciando-os dos contratos privados, é a existência das denominadas cláusulas exorbitantes. Tais “cláusulas”, em verdade, decorrem diretamente da lei e configuram prerrogativas de direito público conferidas pela lei exclusivamente à administração pública, tendo em vista a sua atuação na qualidade de poder público. São chamadas “exorbitantes” porque extrapolam aquilo que existe, aquilo que seria admitido no direito comum (direito privado); por esse motivo, são elas, por vezes, referidas como “cláusulas exorbitantes do direito comum” (são “cláusulas” de direito público que exorbitam os limites existentes no direito comum).

Frise-se que, não obstante terem os contratos administrativos como característica essencial a sujeição a regras de direito público, a eles se aplicam, subsidiariamente, as normas e princípios de direito privado pertinentes à denominada “teoria geral dos contratos”, consoante explicitam o art. 54 da Lei 8.666/1993 e o art. 88 do Projeto de Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A doutrina administrativista costuma apontar como principais características dos contratos administrativos serem eles sempre consensuais (embora se trate de contratos de adesão) e, em regra, formais, onerosos, comutativos e celebrados intuitu personae (devem, em princípio, ser executados pelo contratado, não se admitindo a livre subcontratação). Além dessas características, os contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, somente inexigível, dispensada ou dispensável nos casos previstos na lei.

Detalhemos essas características.

Formalismo

Na quase totalidade dos casos, os contratos administrativos devem ser formais e escritos.

Nos termos da Lei 8.666/1993, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), feitas em regime de adiantamento.

Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua celebração, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas da Lei 8.666/1993 e às cláusulas contratuais (art. 61).

Além desses requisitos, o resumo do instrumento de contrato, qualquer que seja



o seu valor (inclusive os contratos sem ônus), deve ser publicado na imprensa oficial, como condição indispensável à eficácia do contrato (art. 61, parágrafo único).

Nas situações de inexigibilidade de licitação e na maioria das hipóteses de dispensa é exigida, também, para a eficácia desses atos de inexigibilidade ou dispensa, a ratificação pela autoridade superior e publicação na imprensa oficial (art. 26).

Nesses casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, para o contrato decorrente ter eficácia são exigidas, portanto, duas formalidades: (a) ratificação pela autoridade superior e publicação na imprensa oficial dos atos de inexigibilidade ou dispensa; e (b) publicação do resumo do instrumento do contrato respectivo na imprensa oficial.

Conforme o art. 62 da Lei 8.666/1993, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação. Nos demais casos, o instrumento de contrato é facultativo. Não significa isso que o vínculo obrigacional seja verbal. A lei estabelece que, na hipótese de dispensar o uso do instrumento de contrato, a administração deverá substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

A lei permite, também, que a administração dispense o instrumento de contrato (ou termo de contrato), facultando a substituição por outros instrumentos hábeis, como acima exemplificados, a seu critério e independentemente de valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica (art. 62, § 4.º).

É interessante saber que o Tribunal de Contas da União (TCU) faz uma interpretação a contrário sensu dessa regra do § 4.º do art. 62 da Lei 8.666/1993 para afirmar que o termo de contrato é obrigatório nas contratações, de qualquer valor, das quais resultem obrigações futuras (por exemplo, compras para entrega futura ou parcelada do objeto, ou contratações em que o contratado se obrigue a prestar assistência técnica). Aliás, segundo orientação corrente no âmbito do TCU, as contratações oriundas de licitações realizadas na modalidade pregão também devem, obrigatoriamente, ser formalizadas por meio de termo de contrato - salvo no caso de compras, de qualquer valor, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.'

No intuito de assegurar a publicidade dos contratos administrativos, dispõe a lei que é permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e



do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos (art. 63).

Referência Bibliográfica: Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. - 29. ed. - Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os atos administrativos enquadram-se na categoria dos atos jurídicos. Logo, são manifestações humanas, e não meros fenômenos da natureza. Ademais, são sempre manifestações unilaterais de vontade (as bilaterais compõem os chamados contratos administrativos).

O que peculiariza os atos administrativos no âmbito do gênero “atos jurídicos”, entretanto, é o fato de serem manifestações ou declarações da administração pública, agindo nesta qualidade, ou de particulares que estejam exercendo prerrogativas públicas, por terem sido investidos em funções públicas (a exemplo dos que recebem delegação do poder público, como uma concessionária ou uma permissionária de serviços públicos).

Por serem praticados no exercício de atribuições públicas, os atos administrativos estão sujeitos ao regime de direito público. São eles manifestações ou declarações exaradas sempre no âmbito de relações jurídicas de direito público. Segundo o conceito elaborado por Hely Lopes Meirelles, “ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

Maria Sylvia Di Pietro define ato administrativo como “a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”.

Merece referência, também, a formulação proposta por Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem ato administrativo é uma “declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes - como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional”.



De nossa parte, baseados nas lições dos grandes mestres, propomos a seguinte definição de ato administrativo: manifestação ou declaração da administração pública, nesta qualidade, ou de particulares no exercício de prerrogativas públicas, que tenha por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados, em conformidade com o interesse público e sob regime predominante de direito público.

Os atos administrativos não se confundem com os assim chamados atos políticos ou de governo. São esses os atos da administração pública em sentido amplo, praticados em obediência direta à Constituição, com base imediata no texto constitucional (exemplos: iniciativa de leis, sanção ou veto a projetos de lei, celebração de tratados internacionais, decretação do estado de sítio, dentre outros). Os atos políticos não estão sujeitos à teoria geral dos atos administrativos.

Por fim, deve-se ressaltar que, no exercício geral da atividade pública, três distintas categorias de atos podem ser reconhecidas, cada qual sendo o ato típico de um dos Poderes do Estado.

Referência Bibliográfica: Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. - 29. ed. - Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que correspondência comercial é toda correspondência interna ou externa, com exceção das dirigidas aos bancos e órgão públicos. Tem por finalidade documentar posições, negócios, condições de uma empresa.

Na digitação da correspondência devem ser observados os itens relacionados a seguir:

- Destinatário
- Endereçamento
- Referência
- Local e data
- Forma de tratamento
- Número por extenso
- Número de ordem.



Elementos da correspondência comercial

A correspondência comercial, também chamada correspondência técnica, é um meio de comunicação formal e escrito utilizado por empresas, pautado em princípios da clareza e objetividade.

Uma correspondência comercial deve ser organizada, com linguagem correta e impessoal, em papel com timbre da empresa e com todos os dados necessários. É muito importante que haja uma nova leitura, pois um possível equívoco pode gerar desentendimento entre as partes e possíveis prejuízos de ordem financeira. Em uma correspondência formal é preciso ter cuidado na coerência do tratamento. Por exemplo, se ela começa na terceira pessoa é preciso ir até o fim na terceira pessoa: se, si, consigo, o, a, lhe, sua, diga, não diga. Seguindo também os pronomes e formas verbais na terceira pessoa.

No que diz respeito à utilização das formas de tratamento e endereçamento, é preciso considerar não apenas a área de atuação da autoridade, mas também a posição hierárquica que ocupa.

Correspondência comercial: como escreve (SENAI, 2015, p.54)

Alguns pontos devem ser lembrados ao escrever uma correspondência comercial. Primeiro, é preciso ter sempre em mente que esse tipo de documento deve ser breve. Rodeios e inversões, mesmo benfeitos, que tanto efeito causam em texto poético, devem ser abolidos.

Antes de começar a escrever, deve-se organizar, pensar e traçar um plano como relacionado a seguir:

- O que se quer comunicar
- A quem
- Como transmitir a mensagem
- Que informações são relevantes.

Não se pode ignorar a formalidade que esse tipo de correspondência requer, mas deve-se evitar a rigidez exagerada, os clichês, a redundância e os termos arcaicos que ainda são utilizados. Não há necessidade de preâmbulos, vá direto ao assunto.

Referência Bibliográfica:

SENAI. Assistente de recursos humanos. São Paulo: Senai- SP editora, 2015.



QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que na formulação da questão, não foi solicitado para marcar a alternativa incorreta.

A redação oficial é o modo como a administração pública se comunica tanto com o público quanto com as instituições governamentais ou privadas, os órgãos e as entidades de qualquer um dos Poderes. Refere-se portanto à forma adotada pelo poder público para redigir atos normativos e comunicações oficiais. A linguagem empregada na elaboração desses atos e expedientes oficiais pauta-se pela norma-padrão da língua portuguesa. Para atingir seus objetivos o texto oficial deve apresentar qualidades básicas de formulação e estruturação, tais como: clareza, precisão, concisão, objetividade, uniformidade, coesão e coerência. Além do uso da norma padrão da língua portuguesa, os expedientes oficiais precisam seguir os princípios inerentes à administração pública, entre os quais a legalidade, a formalidade e a impessoalidade.

Formalidade e padronização

As comunicações administrativas devem ser sempre formais, isto é, obedecer a certas regras de forma (BRASIL, 2018, p.20). Isso é válido tanto para as comunicações feitas por meio eletrônico quanto para os eventuais documentos impressos.

Referência Bibliográfica: COBUCCI, Paula; COBUCCI, Suely. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo. Contexto, 2022.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que arquivologia é uma disciplina da Ciência da Informação. Com suas bases modernas fundamentadas na Revolução Francesa, a Arquivologia cuida da informação que tem por objetivo se tornar evidência, fator de prova de que algum evento ocorreu. Portanto a arquivologia é a ciência que estuda teorias e métodos de organização e tratamento de documentos, e sua conversão em potencial informação.

O arquivo tem diversas funções:

- Recolher e ordenar todos os documentos que circulam na empresa;



- Avaliar e selecionar os documentos, tendo em vista sua preservação ou eliminação;
- Garantir o fluxo dos pedidos de documentos provenientes dos diversos órgãos da empresa;
- Arquivar os documentos, visando à recuperação da informação;
- Conservar e assegurar a integridade dos documentos, evitando danos que possam ocasionar sua perda;
- Executar as funções específicas conforme a organização e administração da instituição.

Referência Bibliográfica: SENAI. Assistente de recursos humanos. São Paulo: Senai- SP editora, 2015.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no âmbito da disciplina arquivística, são estabelecidas etapas para o efetivo gerenciamento dos documentos. O ciclo de vida dos documentos arquivísticos é tratado pela teoria das três idades. Seu objetivo é classificar os estágios ou fases pelas quais passam os documentos dentro da instituição (corrente, intermediária e permanente). Este é, com certeza, um dos assuntos mais presentes em provas de concursos públicos na matéria Noções de Arquivologia. Citam-se, a seguir, as definições de Valette por serem objetivas e de fácil compreensão:

1. Arquivo de Primeira Idade ou Corrente: "constituído de documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados nos escritórios ou em repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso".
2. Arquivo de Segunda Idade ou Intermediário: "constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los para tratar de assuntos idênticos ou retomar um problema novamente focalizado. Não há necessidade de serem conservados próximos aos escritórios".
3. Arquivo de Terceira Idade ou Permanente: "constituído de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e a sua evolução. Estes são os arquivos históricos propriamente ditos, pois é nessa fase que os documentos são arquivados de forma definitiva".



O que define, de forma decisiva, a fase na qual o documento arquivístico está alocado é, por um lado, a frequência de uso dos documentos pela entidade produtora ou acumuladora e, por outro, a identificação dos valores administrativo (primário) e histórico (secundário) presentes ou não nos documentos.

1.4.1. Arquivos Correntes

Os arquivos correntes são assim considerados porque geralmente estão em tramitação, mas é importante enfatizar que em muitos casos, mesmo sem movimentação, os documentos podem ser assim considerados. O critério que define tal status para tais arquivos é relacionado à frequência de sua utilização ou consulta. Os documentos de primeira idade estão geralmente localizados próximos aos seus setores empresariais produtores e são conhecidos também, pela terminologia arquivística, como arquivos ativos. Tais documentos possuem valor administrativo para a empresa, valor este chamado de primário. Dentre as atividades realizadas no âmbito da fase corrente, podem ser destacadas as de protocolo, arquivamento, consulta, expedição e empréstimo de documentos.

1.4.2. Arquivos Intermediários

Quanto aos arquivos intermediários, pode-se afirmar que eles poderão ser consultados e utilizados de modo esporádico por seus produtores, pois já cumpriram os seus principais objetivos na idade corrente junto à administração. Dessa forma, os documentos que já não são mais necessários nos departamentos empresariais devem ser transferidos para um arquivo central ou um arquivo geral, que possua esse caráter de guarda intermediária, a fim de serem cumpridos prazos prescricionais (legais) e precaucionais (discricionários) antes da destinação final deles (eliminação ou recolhimento para guarda permanente). Apesar de estarem longe dos setores organizacionais produtores, tais documentos ainda pertencem a eles. Esses arquivos são também conhecidos como semiativos e, juntamente com os arquivos correntes, são também possuidores de valor primário.

1.4.3. Arquivos Permanentes

Os arquivos permanentes, por sua vez, são aqueles que deverão ser arquivados definitivamente e que, portanto, não podem ser eliminados jamais. Tais documentos devem ser preservados por apresentarem um valor histórico-cultural (secundário), ou seja, não mais possuem o valor primário. São classificados como permanentes, por exemplo, os documentos que revelam a origem, a constituição e a evolução da instituição, normas, regulamentos e outros que se caracterizam como históricos para a instituição. Ao contrário das idades corrente e intermediária, tais arquivos são abertos ao público, isto é, não há restrições quanto à possibilidade de pesquisa por terceiros. Esta idade é também chamada de inativa, tendo como principais atividades a reunião da



documentação histórica, o arranjo - isto é, a classificação desses arquivos -, a conservação e a descrição dos documentos.

Referência Bibliográfica:

Reis, Leonardo. Arquivologia facilitada [recurso eletrônico] / Leonardo Reis e João Santos. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. recurso eletrônico.

QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que pode-se definir arquivamento como o conjunto das operações destinadas ao acondicionamento e ao armazenamento de documentos.

O método de arquivamento corresponderá à forma em que os documentos serão armazenados, visando a sua localização futura.

Podem-se dividir os métodos de arquivamento em dois grandes sistemas: direto e indireto.

Podemos identificar como os métodos mais comumente utilizados para se organizar arquivos ou fichários os seguintes:

1. método alfabético (ordenação a partir de nomes existentes nos documentos);
2. método numérico, que se divide em numérico simples (ordenação de acordo com um número relativo ao documento), cronológico (ordenação de acordo com a data do documento) ou dígito-terminal (ordenação principal de acordo com os dois últimos dígitos de um número de documento);
3. método geográfico (ordenação de acordo com o local de produção do documento);
4. método ideográfico (ordenação de acordo com o assunto do documento);

2.4.1. Método Alfabético

Nesse método de arquivamento, as fichas ou pastas de documentos são dispostas rigorosamente na ordem alfabética, por meio de guias divisórias com as respectivas letras, devendo também ser respeitadas as normas gerais para a alfabetação.

2.4.2 Método Numérico

Quando o principal elemento a ser considerado em um documento é o seu número, a escolha deve recair sobre o método numérico.

2.4.2.1. Método Numérico Simples



Neste método, para cada documento é atribuído um número, a partir do qual serão organizados os documentos. Como no momento da busca a procura acontecerá a partir de um nome, este método exige a adoção de um índice alfabético, também chamado de onomástico, que permitirá identificar o número de cada documento e, assim, possibilitar sua localização. Como já foi visto neste capítulo, os métodos que se utilizam de índices são chamados de indiretos.

2.4.2.2. Método Numérico Cronológico

Este método lembra cronologia. Cronologia se refere a tempo, nesse caso relativa a uma data ou a um período relacionado aos documentos.

Com esse método, os documentos são organizados a partir de uma data, que, na maioria das vezes, é a data de produção do documento. É

o caso de notas fiscais, por exemplo, quando são arquivadas pelo dia, mês e ano de sua emissão.

Como outro exemplo de aplicação desse método, pode-se citar a organização de prontuários médicos, que geralmente são organizados a partir da data de nascimento do indivíduo.

2.4.2.3. Método Numérico Dígito-Terminal

Este método geralmente é aplicado para o arquivamento de grandes volumes de documentos, nas situações em que tais documentos contenham grandes números.

Os documentos são numerados sequencialmente, porém sua leitura apresenta uma peculiaridade que caracteriza o método, isto é, os números, dispostos em três grupos de dois dígitos cada um, são lidos da direita para a esquerda, formando pares.

Dessa forma, por exemplo, o número 352650 seria, aplicando-se tal método, decomposto em três grupos:

35.26.50

Este documento será arquivado na pasta relativa àqueles terminados em 50. Nesta pasta, como todos terminarão em 50, os arquivos serão organizados a partir dos dois dígitos imediatamente anteriores, isto é, 26.

Desse modo, para se localizar o documento, deve-se verificar primeiramente onde se encontram as pastas terminadas em 50; em seguida, localizar as pastas cujo grupo secundário é o número 26 e, finalmente, a pasta desejada, de número 35.

Esses grupos são chamados de primário, secundário e terciário, lendo-se sempre da direita para a esquerda. Assim, chama-se o grupo 50 de primário, o grupo 26 de secundário e o grupo 35 de terciário.

2.4.3. Método Geográfico

Este método consiste em organizar a documentação de acordo com lugares e



regiões geográficas, ou seja, os documentos são arquivados conforme seu local de produção ou sua procedência.

É recomendável que, em caso de organização de nomes de cidades, esta seja realizada iniciando-se pela capital e, em seguida, por ordem alfabética das demais cidades.

2.4.4. Método Ideográfico (por Assunto)

No método ideográfico, a organização é feita pelo assunto dos documentos. O método divide-se em duas categorias, isto é, pode ser alfabético ou numérico. Tais categorias podem ser subdivididas, por sua vez, em dicionário ou enciclopédico - no caso da divisão alfabética - ou decimal ou duplex, no caso da divisão numérica. Para ser eficientemente aplicado, o método de arquivamento por assunto exige a interpretação dos documentos e grande conhecimento das atividades empresariais.

É importante salientar que não há uma predominância de determinado método sobre os outros. A escolha do método deve ser feita a partir da análise das reais necessidades da empresa. Como se observa, várias são as opções dos métodos de arquivamento, cabendo a cada usuário ou empresa a definição do método ou métodos a serem utilizados. É importante destacar também que tais métodos podem ser até combinados entre si, para bem organizar os arquivos; isto é, para se organizar determinado conjunto de documentos, pode-se utilizar um método principal e, de forma auxiliar, métodos secundários.

No contexto do assunto relacionado aos métodos de arquivamento, é importante destacar o conceito de indexação apresentado a seguir. No processo de arquivamento, os documentos são indexados para posterior pesquisa futura.

Referência Bibliográfica: Reis, Leonardo. Arquivologia facilitada [recurso eletrônico] / Leonardo Reis e João Santos. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. recurso eletrônico.

AGENTE DE TRÂNSITO

QUESTÃO 41 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que não possui a preposição IV.



AGENTE OPERACIONAL MASCULINO

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a caída da água deve ser direcionada para o local onde houver um ralo, das alternativas apresentadas na questão, a única onde é obrigatório a presença de um ralo é o box, pois lá é onde os usuários tomam banho.

ANALISTA CONTÁBIL

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resolução da questão deveria se dar da seguinte maneira:

Saldos iniciais do Passivo

- Fornecedores a pagar R\$ 920.000,00
- Encargos sociais a recolher R\$ 730.000,00
- Empréstimos a pagar R\$ 1.050.000,00

- Pagamento dos encargos sociais, no valor de R\$ 730.000,00 – saldo da conta fica zero
- Pagamento de parcela do financiamento no valor de R\$ 220.000,00, sendo R\$ 200.000,00 de amortização e R\$ 20.000,00 a título de juros ainda não apropriados. - considerando a apropriação dos juros (débito despesa com juros e crédito empréstimos a pagar) e deduzindo o valor total pago, o saldo da conta fica R\$ 850.000,00
- Apropriação do valor do aluguel a pagar, no valor de R\$ 30.000,00 (débito despesa com aluguel e crédito contas a pagar no passivo), o saldo da conta fica R\$ 30.000,00.

Após os registros contábeis mencionados acima, o Passivo da organização fica com a seguinte composição

- Fornecedores a pagar R\$ 920.000,00
- Encargos sociais a recolher R\$ 0,00



- Empréstimos a pagar R\$ 850.000,00
 - Contas a Pagar R\$ 30.000,00
- TOTAL R\$ 1.800.000,00

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o exposto abaixo: Suponhamos que o saldo inicial das duas contas envolvidas sejam de R\$ 100.000,00.

Banco C/C R\$ 100.000,00 (débito)
Fornecedores a pagar R\$ 100.000,00 (crédito)

Ocorrendo o pagamento no valor de R\$ 27.000,00, o registro contábil correto seria:

Débito Fornecedores a pagar R\$ 27.000,00
Crédito Banco C/C R\$ 27.000,00

Após os registros realizados, os saldos corretos seriam:

Banco C/C R\$ 73.000,00 (débito)
Fornecedores a pagar R\$ 73.000,00 (crédito)

Considerando que o registro do pagamento foi efetuado de forma invertida, o lançamento foi o seguinte:

Débito Banco C/C R\$ 27.000,00
Crédito Fornecedores a pagar R\$ 27.000,00

Ao efetuar os registros contábeis de forma incorreta, os saldos apresentados foram os seguintes:

Banco C/C R\$ 127.000,00 (débito)
Fornecedores a pagar R\$ 127.000,00 (crédito)



Para chegar ao saldo correto de R\$ 73.000,00 em cada uma das contas, é necessário o registro do valor de R\$ 54.000,00, da seguinte forma:

Débito Fornecedores a pagar R\$ 54.000,00
Crédito Banco C/C R\$ 54.000,00

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 35 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, ainda que o Conteúdo da questão esteja previsto no Edital, na parte denominada “inscrição do crédito em dívida ativa e cobrança judicial do crédito tributário”. A razão para a anulação se dá pelo fato de que a inscrição dos valores em Dívida Ativa não representa necessariamente uma receita sob o ponto de vista orçamentário, uma vez que o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público determina que o registro patrimonial deve ocorrer no momento da ocorrência do fato gerador, que geralmente difere do momento da inscrição do crédito em dívida ativa.

Como exemplo podemos trazer o exemplo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, que deve ser lançado no primeiro dia de cada ano, para imóveis já inscritos no cadastro da Prefeitura Municipal, enquanto que a sua inscrição em Dívida Ativa deve ocorrer somente após o prazo legal previsto para o seu recolhimento.

Considerando que a inscrição de valores em Dívida Ativa não representa necessariamente uma receita patrimonial, visto que o fato gerador ocorre em momento diverso, a Banca do Concurso decide pela ANULAÇÃO da questão.

Referência Bibliográfica: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as Normas Brasileiras de Contabilidade determinam a apropriação de despesas através do Princípio da Competência, independente do seu pagamento ou não. No caso da questão, passaram-se sete meses, de forma que a despesa com juros deve corresponder a sete meses e não seis como mencionado nos Recursos, conforme



veremos mais detalhadamente abaixo:

- No momento do recebimento dos Recursos, o registro contábil da operação deve ser:

Ativo Circulante

Banco Conta Corrente R\$ 288.000,00

Passivo Circulante (valor líquido R\$ R\$ 144.000,00)

Empréstimos a Pagar R\$ 180.000,00 (parcelas com vencimento até 31/12/2024)

Juros a apropriar (R\$ 36.000,00)

Passivo Não Circulante

Empréstimos a Pagar LP R\$ 180.000,00

Juros a apropriar LP (R\$ 36.000,00)

- No Balanço de 31/12/2023, consideramos que foram pagas as parcelas com vencimento de julho a dezembro de 2023 (SETE MESES DE APROPRIAÇÃO E SEIS PARCELAS PAGAS), restando os seguintes saldos:

Passivo Circulante (valor líquido R\$ R\$ 98.000,00)

Empréstimos a Pagar R\$ 120.000,00 (parcelas com vencimento até 31/12/2024)

Juros a apropriar (R\$ 22.000,00)

IMPORTANTE: No mês de dezembro de 2023 devem ser apropriados os juros da competência dezembro, ainda que a parcela será paga somente em 10/01/2024. As despesas são apropriadas segundo regime de competência, ou seja, ao final do mês de dezembro de 2023 devem estar apropriados os valores dos meses de junho a dezembro (07 meses) e não seis meses conforme apresentado nos Recursos. Sendo assim, o valor da despesa com juros no ano de 2023 foi referente sete parcelas (competências junho a dezembro), totalizando R\$ 14.000,00 a título de despesas com juros (financeiras).

Passivo Não Circulante

Empréstimos a Pagar LP R\$ 180.000,00

Juros a apropriar LP (R\$ 36.000,00)

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.



QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resolução da questão deveria ocorrer da seguinte forma:

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina que o Imposto Sobre Doação e Causa Mortis é integral dos Estados, não devendo ser repartido com os Municípios. Receita do Município R\$ 0,00

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina que pertence aos Municípios 25% (vinte e cinco por centos) do Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Receita do Município R\$ 600.000,00.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina que pertence aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Receita do Município R\$ 850.000,00.

Total da Repartição Tributária devida ao Município X:
R\$ 600.000,00 + R\$ 850.000,00 = R\$ 1.450.000,00

Referência Bibliográfica: Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Recurso apresenta alguns equívocos conforme veremos abaixo:

- O Enunciado da questão solicitava aos Candidatos que assinalassem a alternativa INCORRETA no que se refere ao Simples Nacional.
- No Recurso consta que a adesão ao Simples Nacional será obrigatória para as Microempresas e que não é possível a retenção de tributos das empresas optantes pelo Simples Nacional, o que tornaria as afirmativas D e E incorretas.

Conforme o art. 16 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, fica claro que a adesão ao Simples Nacional é OPCIONAL para o Contribuinte, tornando a alternativa D correta.



Art. 16. A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

§ 1º Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considerar-se-á microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no ano-calendário anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos no art. 3º desta Lei Complementar.

§1º-A. A opção pelo Simples Nacional implica aceitação de sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a:

I-cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais;

II-encaminhar notificações e intimações; e

III-expedir avisos em geral.

Também com base na Lei Complementar Federal nº 123/2006, em seu artigo 21, fica demonstrado que é permitida a retenção de tributos das empresas optantes pelo Simples Nacional:

§ 4º A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I-a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota efetiva de 2% (dois por cento);

V - na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota efetiva de 5% (cinco por cento);

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.



O artigo 13 corrobora a possibilidade de retenção de tributos das empresas optantes pelo Simples Nacional:

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

XIV - ISS devido:

a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

Diante do exposto acima, fica evidenciado que as alternativas D e E estão corretas e não respondem ao Enunciado que pedia a única alternativa INCORRETA.

Referência Bibliográfica: Lei Complementar Federal nº 123/2006.

ARQUITETO E URBANISTA

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que a informação referente a resposta da questão 33 se encontra na Norma ABNT NBR 10821-1:2017 *Esquadrias para edificações. Parte 1: Esquadrias externas e internas – Terminologia*, em vigor, páginas 6, item 2.12.

ASSISTENTE SOCIAL – I

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo inserida na divisão sócio técnica do trabalho, por isso, as análises dos processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais e sobre as possibilidades do exercício profissional conferir mais ou menos margem para autonomia na construção e implementação de



projetos de ação, devem considerar que a condição de trabalhador assalariado determina o caráter relativo da autonomia desses sujeitos sociais.

Referência Bibliográfica: Pfeifer, M. Taborda, E. Oliveira, L. Maffini, M. B. Corrêa, D. Esforço de conceituação da autonomia relativa do assistente social. Moser, L. Manfroi, V. M. (Orgs.). Serviço Social: questão social e direitos humanos, vol.III. Forianópolis: Ed. UFSC, 2016. p.145-165.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei n. 8.662, de 7 de Junho de 1993 prevê: Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Prevê ainda no Art. 5o-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010).

Referência Bibliográfica: Lei n. 8.662, de 7 de Junho de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a atuação das/dos assistentes sociais pode ser observada tanto nos diversos conselhos de direitos (da criança e do adolescente, do idoso, da mulher, da igualdade racial e tantos outros) como nos conselhos gestores de políticas públicas (saúde, educação, habitação, assistência social e outros). E essa inserção tem se dado de diferentes formas. Em texto que trata da atuação das/dos Assistentes Sociais nas Instâncias Públicas de Controle Democrático, a professora Maria Inês Souza Bravo fala de uma dupla inserção: uma delas se dá como trabalhador/a nesses espaços, entendidos como uma nova demanda ao profissional. Ou seja, as instâncias de controle social são consideradas espaço sócio-ocupacional, campo de atuação, espaço de intervenção profissional da/do Assistente Social, quer como apoio técnico ou técnico-administrativo, dando suporte e ocupando o lugar de secretário/a executivo dos conselhos, quer com ações técnico-políticas por meio



de um trabalho de assessoria. A segunda forma de inserção das/dos Assistentes Sociais nas Instâncias Públicas de Controle Democrático diz respeito à participação na condição de conselheiros/as, que é considerada uma atuação essencialmente política. Nesta forma de inserção, a participação pode e tem se dado na condição de representantes de distintos segmentos: - como representantes da gestão, dos órgãos gestores das políticas (o que tem sido mais comum na Política de Assistência Social), e que se caracteriza como uma representação do segmento governamental do conselho; - como representante dos prestadores de serviços das políticas; - como representante do segmento dos/as trabalhadores/as das políticas. Ou seja, a/o Assistente Social como parte da representação dos trabalhadores nos conselhos. Neste caso, a representação pode ser por meio dos fóruns e outras formas de organização profissional.

Referência Bibliográfica:

CRESS/PR. Participação das/os assistentes sociais nas instâncias de controle social. Disponível em:

https://cresspr.org.br/wp-content/uploads/2022/08/25JULHO-LA_07_cartilha_CRESSMOV5-ultima-versao.pdf

BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO

QUESTÃO 31 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a alternativa E também está correta. A renovação automática não é permitida/exigida para garantir que o uso desses medicamentos seja feito de forma responsável e segura.

Referência Bibliográfica: Portaria 344/98.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que apenas a alternativa E está correta. No sistema de distribuição de medicamentos individualizada, cada paciente recebe uma embalagem de blister contendo todos os seus medicamentos prescritos para um período específico, sendo rotulada com o



nome do paciente e a hora da administração de cada medicamento. Esse método ajuda a garantir a correta administração dos medicamentos, evitando erros e garantindo a segurança do paciente.

Referência Bibliográfica: A.P.R. Souza et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2019. DOI: 10.22533/at.ed.918191911. ISBN: 978-85-7247-791-8.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que apenas a alternativa E está correta. A melhor opção de administração considerando a eficácia, segurança e conforto do paciente seria a via subcutânea (SC). Esta via permite a administração de medicamentos de forma segura e relativamente indolor, além de ser adequada para a administração de analgésicos em pacientes que estão com náuseas e têm dificuldade com a administração oral. A absorção dos medicamentos pela via subcutânea é geralmente mais lenta do que a via intravenosa, o que pode proporcionar uma liberação mais controlada do analgésico e ajudar a manter o alívio da dor por um período mais prolongado, sem causar sobrecarga adicional no trato gastrointestinal do paciente.

A via subcutânea (SC) realmente é uma opção interessante considerando a eficácia, segurança e conforto do paciente. Ela permite a administração de medicamentos de forma segura e relativamente indolor, sendo especialmente útil para pacientes com dificuldade na administração oral, como aqueles com náuseas. A absorção dos medicamentos pela via subcutânea tende a ser mais lenta do que pela via intravenosa, o que pode resultar em uma liberação mais controlada do analgésico, prolongando o alívio da dor sem sobrecarregar o trato gastrointestinal. É importante ressaltar que a escolha da via de administração deve sempre levar em consideração as características do paciente e do medicamento, sendo fundamental a orientação e supervisão de um profissional de saúde.

Referência Bibliográfica: Alwin C. Powers & David D' Alessio (2011) 'Goodman & Gilman's The Pharmacological Basis of Therapeutic', in Goodman & Gilman's The Pharmacological Basis of Therapeutics. Available at: <https://doi.org/10.1036/0071443436>.



QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A é a correta. A questão diz: “a paciente consome regularmente alimentos ricos em potássio, como bananas e laranjas, devido a recomendações dietéticas anteriores para outra condição médica”. A interação medicamentosa com alimentos ricos em potássio pode interferir na eficácia do medicamento anti-hipertensivo, especialmente se houver um consumo excessivo desses alimentos (Palmer e Clegg 2015; Whelton e Carey 2017). É importante ressaltar que o consumo excessivo de potássio pode ser prejudicial, especialmente para pessoas com certas condições médicas. Portanto, é importante manter um equilíbrio saudável de potássio na dieta, de acordo com as recomendações médicas.

Referência Bibliográfica: Palmer, B.F. and Clegg, D.J. (2015) ‘Electrolyte and Acid-Base Disturbances in Patients with Diabetes Mellitus’, *The New England journal of medicine*, 373(6), pp. 548–559. Available at: <https://doi.org/10.1056/NEJMRA1503102>.

Whelton, P.K. and Carey, R.M. (2017) ‘The 2017 Clinical Practice Guideline for High Blood Pressure’, *JAMA*, 318(21), pp. 2073–2074. Available at: <https://doi.org/10.1001/JAMA.2017.18209>.

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão aborda itens das atribuições do cargo e do cargo de “bioquímico/farmacêutico”: realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina...

Referência Bibliográfica: Editais do concurso.

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão aborda itens das atribuições do cargo e do cargo de “bioquímico/farmacêutico”: realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e



bromatológicas. fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina...

Referência Bibliográfica: Editais do concurso.

QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão aborda itens das atribuições do cargo e do cargo de “bioquímico/farmacêutico”: realizar análises clínicas, toxicológicas, fisico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina...

Referência Bibliográfica: Editais do concurso.

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão aborda itens das atribuições do cargo e do cargo de “bioquímico/farmacêutico”: realizar análises clínicas, toxicológicas, fisico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina...

Referência Bibliográfica: Editais do concurso.

QUESTÃO 47 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que possui duas alternativas corretas.



QUESTÃO 50 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que alternativa D está incorreta. Art. 4º A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.

Parágrafo único. Serão reconhecidas outras estratégias de Atenção Básica, desde que observados os princípios e diretrizes previstos nesta portaria e tenham caráter transitório, devendo ser estimulada sua conversão em Estratégia Saúde da Família.

Referência Bibliográfica: PNAB, 2017.

CONTADOR

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resposta da questão deveria ser executada da seguinte forma:

Valor total do estoque R\$ 90.000,00

Quantidade total do estoque 1.500 unidades

Custo unitário = R\$ 90.000 / 1.500 = R\$ 60,00

Foram utilizadas 1.100 unidades

Custo total insumos: 1.100 x R\$ 60,00 = R\$ 66.000,00

Custo depreciação de Ativos da Produção: R\$ 70.000,00

Mão de obra: 1.400.000,00

Custo total R\$ 1.536.000,00

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resolução da



questão deveria ser executada da seguinte forma:

Base para provisões R\$ 3.700.000,00 – R\$ 100.000,00 = R\$ 3.600.000,00

Provisão de décimo terceiro salário R\$ 3.600.000 / 12 = R\$ 300.000,00

Provisão de férias: R\$ 3.600.000 / 12 = R\$ 300.000,00 + um terço R\$ 100.000,00
= R\$ 400.000,00

Total da provisão R\$ 700.000,00

Referência Bibliográfica: Normas brasileiras de contabilidade.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que parece ter havido um equívoco por parte do(a) Recorrente. O Recurso menciona que se trata do valor líquido do serviço (deduzido dos tributos), mas esta informação não consta em nenhuma parte do Enunciado, que menciona muito claramente valor do serviço, ou seja, este é o valor do serviço prestado e a partir dele devem ser descontados os tributos. Com base nestes argumentos, a resolução da questão deveria ocorrer da seguinte forma:

Valor da despesa = Valor dos serviços = R\$ 175.000,00

Valor do aumento do passivo: R\$ 175.000,00, composto das seguintes contas:

Previdência social a recolher R\$ 20.000,00

PIS/COFINS a recolher R\$ 15.000,00

Fornecedor a pagar R\$ 140.000,00

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resolução da questão deve ser a seguinte:

Valor depreciável R\$ 240.000,00 – R\$ 60.000,00 = R\$ 180.000,00

Depreciação mensal R\$ 180.000,00 / 60 = R\$ 3.000,00



Meses de depreciação:

2020 = 8 meses

2021 = 12 meses

2022 = 12 meses

2023 = 12 meses

2024 = 1 mês

Total: 45 meses

Depreciação total = $45 \times R\$ 3.000,00 = R\$ 135.000,00$

Valor contábil líquido = $R\$ 240.000,00 - R\$ 135.000,00 = R\$ 105.000,00$

Resultado da operação = valor de venda – valor contábil líquido

Resultado: $R\$ 95.000,00 - R\$ 105.000,00 =$ Prejuízo de $R\$ 10.000,00$, uma vez que o valor de venda foi inferior ao valor contábil líquido.

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 35 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que assiste razão aos Recorrentes. A inscrição dos valores em Dívida Ativa não representa necessariamente uma receita sob o ponto de vista orçamentário, uma vez que o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público determina que o registro patrimonial deve ocorrer no momento da ocorrência do fato gerador, que geralmente difere do momento da inscrição do crédito em dívida ativa.

Como exemplo podemos trazer o exemplo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, que deve ser lançado no primeiro dia de cada ano, para imóveis já inscritos no cadastro da Prefeitura Municipal, enquanto que a sua inscrição em Dívida Ativa deve ocorrer somente após o prazo legal previsto para o seu recolhimento.

Considerando que a inscrição de valores em Dívida Ativa não representa necessariamente uma receita patrimonial, visto que o fato gerador ocorre em momento diverso, a Banca do Concurso decide pela ANULAÇÃO da questão.

Referência Bibliográfica: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.



QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei Federal nº 4.320/1964, que trata das normas de orçamento público, determina que na Lei do Orçamento pode constar autorização para abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR na Lei do Orçamento, enquanto que a alternativa menciona crédito adicional ESPECIAL, este requer uma Lei específica para sua abertura, conforme vejamos abaixo:

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Referência Bibliográfica: Lei Complementar Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que será demonstrado abaixo que a alternativa A está INCORRETA, conforme solicitado no Enunciado e a alternativa D está correta, não respondendo ao Enunciado da questão.

DENTISTA

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

De acordo com a fabricante DENTSPLY:

Felipressina

A Felipressina, também conhecida como Octapressin, é um vasoconstritor não-adrenérgico, análogo ao hormônio antidiurético. Atua diretamente na musculatura lisa vascular da microvasculatura venosa. Seu potencial hemostático é bastante pobre. Sua atuação no miocárdio não é clinicamente



observada, pela não atuação nos receptores adrenérgicos, tornando a Felipressina indicada para uso em cardiopatas.

Os artigos citados no recurso não afirmam que a Felipressina em si está contraindicada para pacientes cardiopatas. Os artigos citam uma associação da Felipressina com a Lidocaína.

Referência Bibliográfica:

MANUAL DE ANESTESIA – DENTSPLY

https://www.dentalabs.com.br/media/pdf/manuais/dentsply_anestesico.pdf

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

De acordo com o artigo: O uso e a inter-relação da resina composta e do cimento ionômero de vidro (CIV) nas restaurações sanduíches – a alternativa D está correta e a alternativa C está correta.

“Além disso, está sendo fortemente defendida para restaurar cavidades proximais (tipo Classe II) profundas que se estendem além da junção cimento-esmalte, onde o isolamento é questionável, e assim, evitar a cirurgia de aumento de coroa clínica (Francois et al., 2018; Pandey et al., 2019).

“O uso combinado desses dois materiais dentário é amplamente indicado em procedimentos clínicos odontológicos (Ramos et al., 2018). Dentre esses procedimentos, essa associação pode trazer benefícios para técnicas restauradoras em lesões cervicais não cariosas (LCNCs), em função das características do substrato dentinário deste tipo de cavidade (Paula, 2018).”

Referência Bibliográfica: O uso e a inter-relação da resina composta e do cimento ionômero de vidro (CIV) nas restaurações sanduíches

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15617/14373>



QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

De acordo com o artigo: Relação entre Doença Periodontal e Diabetes – pode ocorrer diminuição do fluxo e aumento (não diminuição) da acidez e da viscosidade salivar. Dessa forma, a alternativa A está incorreta.

“Para além das complicações sistémicas da diabetes, ao nível dos rins, dos olhos, do sistema nervoso e cardiovascular e ao nível dos vasos sanguíneos, a hiperglicemia Relação entre Doença Periodontal e Diabetes prolongada pode também estar associada a complicações orais, tais como a doença periodontal (manifestação odontológica mais comum, afetando 75% dos pacientes diabéticos), a hipoplasia, a hipocalcificação de esmalte, a diminuição do fluxo e o aumento da acidez e da viscosidade salivar, a cárie dentária, a halitose, as lesões dos tecidos orais (como é o caso da língua fissurada, da irritação, dos fibromas, das úlceras traumáticas, do líquen plano, da estomatite aftosa recorrente e da candidíase oral).”

Referência Bibliográfica:

Relação entre Doença Periodontal e Diabetes

https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5059/1/PPG_23592.pdf

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão solicita a alternativa que não apresenta uma propriedade favorável do MTA. A RADIOLUCIDEZ não é nem positiva, nem negativa. Ela NÃO é uma propriedade do MTA.

O MTA apresenta vantagens quando comparado a outros compostos, como resposta inflamatória tecidual ausente ou baixa, menor infiltração e devido ao seu pH básico apresenta a característica de atividade antimicrobiana, esse cimento também se destaca por ser de fácil manipulação, favorecer a formação de tecido duro, possuir baixa solubilidade e ser radiopaco.

Referência Bibliográfica: Agregado Trióxido Mineral (MTA): composição, características e relato de caso clínico.



<https://revodontolunesp.com.br/article/588019417f8c9d0a098b5070/pdf/rou-41-Especial+2-588019417f8c9d0a098b5070.pdf>

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa E afirma que o uso da clorexidina pode provocar efeitos tóxicos colaterais sistêmicos e alteração da microbiota oral com o uso prolongado.

Porém, de acordo com o artigo CLOREXIDINA: MECANISMO DE AÇÃO E EVIDÊNCIAS ATUAIS DE SUA EFICÁCIA NO CONTEXTO DO BIOFILME SUPRAGENGIVAL:

“Além do mais, a clorexidina é estável, não é tóxica aos tecidos, a absorção pela mucosa e pele é mínima, é bem tolerada quando administrada em animais via parenteral e intravenosa, parece não atravessar a barreira placentária e não provoca efeitos tóxicos colaterais sistêmicos com o uso prolongado bem como alterações na microbiota oral (Davies e Hull23 1973; Case15 1977; Rushton62 1977; Winrow73 1973; Löe et al. 45 1976).”

Segundo o mesmo artigo, a alternativa B está correta:

“Assim, em dosagens elevadas, ela causa precipitação e coagulação das proteínas citoplasmáticas e morte bacteriana e, em doses mais baixas, a integridade da membrana celular é alterada, resultando num extravasamento dos componentes bacterianos de baixo peso molecular (Hjeljord et al. 37 1973; Hugo e Longworth38 1964; Rölla e Melsen60 1975).”

Referência Bibliográfica:

CLOREXIDINA: MECANISMO DE AÇÃO E EVIDÊNCIAS ATUAIS DE SUA EFICÁCIA NO CONTEXTO DO BIOFILME SUPRAGENGIVAL

<https://www.angelfreireendodontia.com.br/conteudo/dow/001/arq/000094.pdf>

ENFERMEIRO – I

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o termo



PARITARIAMENTE significa “que tem número igual de representantes para cada categoria ou para cada parte” (ALTERNATIVA A).

[...] Na própria argumentação do recurso referente a QUESTÃO 31 há o termo “representante” conceituando “paritariamente”.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Informações estratégicas. Disponível em:

<[Acesso em: 20 dez. 2023.](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/sus/comissoes.php#:~:text=Comiss%C3%A3o%20Intergestores%20Tripartite%20(CIT),Municipais%20de%20Sa%C3%BAde%20(Conasems)>.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>>.

Acesso em: 25 jan. 2024.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a única alternativa que aponta uma bactéria que NÃO pertence ao Grupo CESP é a *Gardnerella* spp. (ALTERNATIVA C)

[...] As bactérias pertencentes ao Grupo CESP (*Citrobacter* spp, *Enterobacter* spp, *Serratia* spp e *Providencia* spp) são Gram negativas produtoras constitutivas da beta-lactamases cromossomais, como as enzimas do tipo AmpC, que podem desenvolver resistência durante terapias prolongadas com cefalosporinas de primeira segunda e terceira geração, ou seja, amostras do grupo CESP inicialmente sensíveis podem expressar um aumento na produção de resistência durante o uso de antimicrobianos beta-lactâmicos. Tais micro-organismos são agentes causadores de problemas epidemiológicos e clínicos nas unidades hospitalares e na comunidade.

[...] A QUESTÃO 32 enquadra-se no conteúdo programático dentro os seguintes tópicos: prevenção e promoção à saúde; processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade; temas relacionados à saúde do adulto e do idoso; ações



que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas; temas relacionados à Vigilância Epidemiológica; prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública; perfil epidemiológico das comunidades; e noções básicas de plantão hospitalar.

Referência Bibliográfica:

GOMES, A.C. et al. Caracterização das infecções relacionadas à assistência à saúde em unidade de terapia intensiva. REUOL, n. 1, vol. 8, 2014. p. 1577-85.
FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde, 2000.
RIBEIRO, T.S. et al. Ocorrência e perfil bacteriano de culturas coletadas em pacientes internados na unidade de terapia intensiva em um hospital terciário. Revista da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)/EBSERH. Hospital Universitário da UNIVASF/ EBSERH. n. 2, vol. 45, Petrolina/PE, 2019. p.122-33.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, embora os transtornos de comportamento muitas vezes assemelhem-se em relação aos sinais, sintomas e características, a ALTERNATIVA B é a única que representa exclusivamente o conceito descrito no enunciado.

[...] Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Transtornos mentais. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Saúde. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-Autista-TEA>>. Acesso em: 25 jan. 2024.



QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Portaria Nº 1.660, de 22 de julho de 2009 institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS).

[...] A QUESTÃO 34 enquadra-se no conteúdo programático dentro os seguintes tópicos: Saúde Coletiva (Pública); Sistema Único de Saúde (SUS); e Política Nacional de Atenção Básica.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.660, de 22 de julho de 2009, institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que dentre os 12 itens apresentados pela QUESTÃO 39, apenas os Itens V, VII, XII correspondem às patologias passíveis de prevenção através da administração do esquema completo da VACINA TRÍPLICE VIRAL = SARAMPO, CAXUMBA e RUBÉOLA.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Rede de Frio. 4. ed. Brasília, 2013.



QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a (ALTERNATIVA E) é a ÚNICA correta diante do enunciado da QUESTÃO 41.

[...] O ELETROCARDIOGRAMA é um exame de avaliação da atividade elétrica do coração através de eletrodos fixados na pele; possibilita a identificação de uma série de distúrbios ou patologias que podem afetar o coração; quanto antes o problema for analisado, mais rapidamente poderá ser resolvido. No eletrocardiograma, para iniciar a colocação dos eletrodos sobre o peito do paciente, deve-se contar os espaços entre as costelas a partir da CLAVÍCULA DIREITA.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Diretrizes de RCP e ACE. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília, 2016.

PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 2004.

SILVA, C.R.L.; SILVA, R.C.L.; VIANA, D.L. Compacto dicionário ilustrado de saúde. 2. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2007.

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G.. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 2008.

TEIXEIRA, J.C.G. Unidade de emergência: condutas em medicina de urgência. 3. ed. 2013.

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que todos os itens apresentados pelo enunciado da QUESTÃO 42 encontram-se corretos (ALTERNATIVA A).



(I - CORRETO) Considerando a classificação das zoonoses quando ao modo de transmissão, conceitua-se Antropozoonose: doença primária de animais e que pode ser transmitida aos humanos, por exemplo, raiva, leishmaniose.

(II - CORRETO) Considerando a classificação das zoonoses quando ao modo de transmissão, conceitua-se Amphixenosis: doença que circula entre homens e animais, por exemplo, estafilococose.

(III - CORRETO) Considerando a classificação segundo os ciclos de manutenção do agente etiológico, conceitua-se Zoonose Direta: o agente pode persistir com passagens sucessivas por uma única espécie de animal vertebrado, por exemplo, raiva.

(IV - CORRETO) Considerando a classificação segundo os ciclos de manutenção do agente etiológico, conceitua-se Ciclozoonoses: o agente necessita obrigatoriamente passar por duas espécies distintas de animais vertebrados para que o seu ciclo se complete, por exemplo, complexo equinococose-hidatidose e cisticercose.

(V - CORRETO) Considerando a classificação segundo os ciclos de manutenção do agente etiológico, conceitua-se Metazoonoses: o agente necessita passar por hospedeiro invertebrado para que o seu ciclo se complete, por exemplo, febre maculosa, febre amarela, doença de Chagas, leishmaniose.

(VI - CORRETO) Considerando a classificação segundo os ciclos de manutenção do agente etiológico, conceitua-se Saprozoonose: o agente necessita passar por transformações que ocorrem no ambiente externo em ausência de parasitismo, por exemplo: toxoplasmose.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 3. ed. Brasília, 2019.
- FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde, 2000.
- FLETCHER, R.H.; FLATCHER, S.W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. 83p.
- GOMES, L.G.O. Zoonoses: as doenças transmitidas por animais. Revista Brasileira Multidisciplinar, vol. 25, n. 2, 2022.
- ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. 707p.



QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme o Ministério da Saúde, baseando-se em um padrão de orientação das evidências científicas nacionais e internacionais, para eficácia do ALEITAMENTO MATERNO, as recomendações I, II, III, IV e V estão corretas (ALTERNATIVA A):

- O bebê deve estar virado para a mãe, bem junto de seu corpo, completamente apoiado e com os braços livres.
- A cabeça do bebê deve ficar de frente para o peito e o nariz bem na frente do mamilo.
- O bebê só deverá ser colocado para sugar quando a boca estiver bem aberta.
- Quando o bebê pega o peito, o queixo deve encostar na mama, os lábios ficam virados para fora e o nariz fica livre; ele deve abocanhar, além do mamilo, o máximo possível da parte escura da mama (aréola).
- Cada bebê tem seu próprio ritmo de mamar, o que deve ser respeitado.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Amamentação. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/amamentacao/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: saúde sexual e saúde reprodutiva. n. 26. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, 2012.

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme o Ministério da Saúde, baseando-se em um padrão de orientação das evidências científicas nacionais e internacionais, apenas o item II corresponde a um valor de Pressão Arterial normal (ALTERNATIVA C).



[...]

- 60 x 40 mmHg = PA diminuída - Hipotensão.
- 120 x 70 mmHg = PA normal.
- 220 x 160 mmHg = PA elevada - Hipertensão.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

- AMERICAN HEART ASSOCIATION. Diretrizes de RCP e ACE. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília, 2016.
- PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 2004.
- SMELTZER, S.C.; BARE, B.G.. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 2008.
- TEIXEIRA, J.C.G. Unidade de emergência: condutas em medicina de urgência. 3. ed. 2013.

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que REPOSIÇÃO VOLÊMICA consiste na administração de líquidos por via intravenosa (ALTERNATIVA E).

[...] A REPOSIÇÃO VOLÊMICA é um procedimento que consiste na introdução de líquidos (normalmente soluções hidratantes) por via intravenosa.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidade de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada dos itens, da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

- AULER JUNIOR, J.O.C.; FANTONI, D.T. Reposição volêmica nos estados de choque hemorrágico e séptico. Revista Brasileira de Anestesiologia, vol. 49, n. 2, mar./abr., 1999.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília, 2016.

PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

TEIXEIRA, J.C.G. Unidade de emergência: condutas em medicina de urgência. 3. ed. 2013.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que quando se refere à regulação de mecanismos, estão englobados todos os fatores citados pelo candidato.

Referência Bibliográfica: Portela (2000).

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o teor de água mais adequado pode variar com a cultura. Outro ponto a ser considerado é a variação do teor de água durante o dia e durante o período de colheita, fato que justifica o autor, citado na questão (Portella, 2000), afirmar que a colheita deveria começar próxima ao teor de umidade de 20%. Pois, durante o transcorrer do dia, devido à umidade de equilíbrio do grão com a umidade relativa do ar, o grão atingiria teores mais reduzidos, o que seria preferível do que começar com teores mais baixos, sendo que poderiam ser mais reduzidos ainda.

Referência Bibliográfica: Portella (2000).

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que pH baixo em relação



aos cultivos é aquele que se encontra abaixo da faixa ideal para o desenvolvimento das culturas, ou seja, abaixo de 5,5-6,5. Não é correto afirmar que o pH baixo é a principal causa de acidez do solo, pois, como afirmado na alternativa C, o pH é indicador da presença do H^+ livre, ou seja, é apenas indicativo da acidez e não a causa.

Referência Bibliográfica: Alcarde (2005).

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, primeiramente, nem todos os resíduos se decompõem rapidamente ou com a mesma velocidade, pois isso depende da relação C/N do material. Quanto aos demais questionamentos, o próprio candidato justifica as altas perdas e prejuízos devido ao não aproveitamento total do N aplicado. Além do que, segundo Alcarde, Guidolin e Lopes (1998), a eficiência da adubação depende de uma série de fatores, direta e indiretamente ligados a essa prática. Entre eles pode-se citar a forma de aplicação ou localização, que podem diminuir as perdas.

Referência Bibliográfica: Alcarde, Guidolin e Lopes (1998).

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a conversão de nitrogênio orgânico para nitrogênio inorgânico é chamada de mineralização, um processo controlado por microrganismos. O processo inverso, de conversão do N inorgânico para N orgânico é denominado de imobilização. A maior parte do nitrogênio no solo encontra-se na forma orgânica, a qual não pode ser absorvida pelas plantas. Deve ser convertido a forma mineral para que possa ser absorvido. Sendo assim, a imobilização é um processo de transformação do N mineral em N orgânico, e não caracteriza perda, já que é necessário para equilibrar a relação C/N dos resíduos vegetais para ajudar em sua decomposição. No final do processo, o N será novamente convertido em mineral e disponibilizado às plantas.

Referência Bibliográfica: CHBAGRO (2024).



QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que enunciado da questão ficou incompleto (ausência de um ponto final na frase), fato este que poderia ter prejudicado o entendimento, além de que, nenhuma alternativa atendia corretamente o enunciado.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a prática conservacionista do plantio direto na palha, devido aos seus altos teores de matéria orgânica acumulada ao solo, altera a disponibilidade dos micronutrientes, sendo que a MOS apresenta alta capacidade de trocas catiônicas (CTC), rica em cargas negativas, complexando íons metálicos (Oliveira, Ávila e Giunti, 2015). Solos arenosos, com baixas quantidades de cargas negativas, e solos com baixos teores de matéria orgânica do solo (MOS), apresentam baixos teores de micronutrientes. O incremento no teor de matéria orgânica no solo, decorrente da adoção do *Sistema Plantio Direto (SPD)*, influencia os micronutrientes de duas formas: aumento da capacidade de troca de cátions (CTC) do solo que diminui as perdas por lixiviação de elementos como cobre (Cu), ferro (Fe), manganês (Mn) e zinco (Zn) e formação de complexos organominerais estáveis, do tipo quelatos, que reduzem a disponibilidade dos micronutrientes, principalmente o Cu, nos primeiros anos de implantação do SPD (EMBRAPA, 2024).

Referência Bibliográfica: Oliveira, Ávila e Giunti (2015); EMBRAPA (2024).

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que quando aplicado a lanço sem incorporação, em que os micronutrientes são distribuídos uniformemente na superfície do solo, isoladamente ou com misturas NPK, mas não são incorporados, é o caso de aplicações em áreas de plantio direto, pastagens formadas, ou mesmo culturas perenes já formadas. Nas aplicações, via solo, os fertilizantes tanto podem ser distribuídos na forma sólida da



adubação tradicional, como podem ser diluídos em água formando soluções ou suspensões para utilização como adubação fluida e fertirrigação. Em todos os casos de aplicação de micronutrientes, via solo, na forma sólida e isolada, existem problemas quanto à uniformidade de distribuição, em função das pequenas quantidades empregadas (poucos kg/ha), sendo o problema tanto maior quanto maior for a concentração de micronutrientes mias diversas fontes (Lopes, 1999). Além disso, a aplicação a lanço, na superfície, sem incorporação, pode aumentar o risco de perdas e não garante o aproveitamento do nutriente pela planta.

Referência Bibliográfica: Lopes (1999).

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado pedia para marcar a alternativa INCORRETA, onde a única é a letra “C”, as demais encontram-se corretas.

Referência Bibliográfica: Taiz e Zeiguer (2009), além das demais citadas pelo candidato.

QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa E engloba todas as anteriores.

Referência Bibliográfica: Taiz e Zeiguer (2009).

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o manejo convencional do solo causa compactação do solo. Diminuindo, principalmente a macroporosidade, originando os chamados pé de arado e pé de grade. A utilização constante de um mesmo tipo de equipamento, como a grade pesada



ou o arado de discos, que trabalha sempre em uma mesma profundidade, pode provocar compactação do solo logo abaixo da camada preparada (EMBRAPA, 2021). A compactação é uma das principais consequências negativas do manejo inadequado do solo, sendo observada geralmente abaixo da camada revolvida pela ação dos implementos de preparo do solo, ou na superfície, devido ao tráfego de máquinas e implementos. São considerados agentes causadores de compactação, no caso dos tratores, as rodas, e, no caso dos implementos, os discos. A compactação é causada devido ao peso total do equipamento ser distribuído em uma área muito pequena, nos gomos dos pneus ou nas extremidades dos discos. Na camada compactada, as características físicas do solo são modificadas em relação ao solo natural. Durante o processo de compactação, após uma pressão no solo exercida pelas rodas dos tratores e por máquinas agrícolas, ocorre a quebra de agregados, a compressão da matriz argilosa e a redução do volume total, com o colapso dos macroporos.

Referência Bibliográfica: EMBRAPA (2021).

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão é claro: em relação à nutrição mineral das plantas. A lixiviação é um processo de perdas dos nutrientes que foram aplicados para atender à demanda da cultura implantada. A questão não foi sobre as consequências da lixiviação

Referência Bibliográfica: Taiz e Zeiguer (2009).

QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado se refere a “algumas formas” apenas, e, entre as citadas, não se recomenda a aplicação a outros produtos químicos. Segundo Nogueira e Hungria (2014) é preciso garantir que outras práticas e tecnologias empregadas na cultura não venham a interferir negativamente na sobrevivência das bactérias inoculadas. Atenção especial deve ser dada aos produtos químicos empregados no tratamento de sementes (TS), visto que vários produtos, não necessariamente seus ingredientes ativos, mas em muitos casos a formulação, são tóxicos às



bactérias e podem reduzir a nodulação. Nesse caso, deve-se evitar a aplicação de produtos químicos concomitantemente ao inoculante. Sendo necessário o uso de produtos químicos no TS, deve-se aplicar o inoculante por último, após a secagem dos produtos aplicados no TS.

Referência Bibliográfica: Nogueira e Hungria (2014).

QUESTÃO 49 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que embora a alternativa D abranja a alternativa B, a questão ter gerado confusão, comprometendo o seu correto entendimento por parte dos candidatos.

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, de acordo com a definição clássica dos estádios de desenvolvimento da soja (Escala Fenológica de Fehr & Caviness, 1977), não há a fase “canivettino”, associada ao estágio R3, como afirmado pelo candidato. O enunciado pede a fase mais prejudicial, que é a R5, correspondente ao enchimento de grãos. Ávila, Fernandes e Silva (2020) testaram níveis de infestação e estádios de desenvolvimento da soja a partir de R2 e destacaram que a diminuição no rendimento de grãos de soja é possível quando a infestação de percevejos E. heros ocorre a partir do estágio R4. Citaram que Scopel et al (2016) verificaram que infestações com apenas 0,5 percevejo/m² no início do estágio R5.1 é suficiente para causar redução significativa do rendimento de grãos à semelhança do que eles observaram.

Referência Bibliográfica: Ávila, Fernandes e Silva (2020).

ENGENHEIRO AMBIENTAL

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Resolução



Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986, Art. 2º estabelece que dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA (...) “Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental”; Ou seja, a alternativa está errada, pois uma área de, por exemplo, 900 hectares, o que é obviamente maior de 100, estaria livre da elaboração de EIA e RIMA. Assim, não há dúvida de que a B era a alternativa errada da questão.

Referência Bibliográfica: Resolução Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986.

QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que segundo a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 “as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente”; deixando claro tais atividades devem ser outorgadas e na questão a letra C indicava que tais atividades dispensavam outorgas. A despeito do erro de as letras D e E possuírem o mesmo texto o candidato preparado para o cargo devia saber que a letra C estava errada, pois tais atividades devem ser outorgadas.

Referência Bibliográfica: Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 34 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA tendo em vista que “MO” e “PR” tratam-se do mesmo comando.

Referência Bibliográfica: <https://www.autodesk.com.br/shortcuts/autocad>



QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que para o cálculo do momento torsor transmitido na viga por metro desta viga temos: $2\text{KN/m}^2 \times 1\text{m}$ (faixa linear da viga) = 2KN/m em cada metro de comprimento a viga de apoio. $2\text{KN/m} \times 1,20\text{m} \times 0,60\text{m} = 1,44 \text{KNm}$ por metro de viga.

QUESTÃO 39 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA tendo em vista que a tensão gerada é $16,67 \text{MPa}$ onde o valor de Y é 15CM e não foi considerado no cálculo para multiplicar $11,11 \times 15 = 16,67$.

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que de fato para cidades com 25 mil e 30 mil habitantes é obrigatório o plano diretor, porém ao selecionar a alternativa D ou E, automaticamente cidades com menos que 25 mil habitantes estão sendo descartadas, visto que há a alternativa que representa 20 mil habitantes (o que não está de acordo com a legislação).

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida tendo em vista que devido o arredondamento do cosseno de 25° de $0,906$ para $0,9$ gerou um resultado aproximado. dentro das alternativas o resultado aproximado de $2,16 \text{knm}$ é $2,25 \text{knm}$. (diferença devido arredondamento do cosseno).



QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que conforme enunciado trata-se de corredores de uso público sendo 1,50 M (ALTERNATIVA D).

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 9050/2020.

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o breve erro mencionado não interfere na interpretação correta do texto, e que apesar do corredor dever possuir no mínimo 90m, em edificações e equipamentos urbanos existentes, onde a adequação dos corredores seja impraticável, devem ser implantados bolsões de retorno com dimensões que permitam a manobra completa de uma cadeira de rodas (180°), sendo no mínimo um bolsão a cada 15,00 m de acordo com o item 6.11.1.1 da ABNT NBR 9050/2020.

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 9050/2020.

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que de acordo com o item 6.11.2.8 DA ABNR NBR 9050/2020: “As portas do tipo vaivém devem ter visor com largura mínima de 0,20 m, tendo sua face inferior situada entre 0,40 m e 0,90 m do piso, e a face superior no mínimo a 1,50 m do piso.”

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 9050/2020.

FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que a justificativa



fornecida pelo candidato não invalida a questão. Nenhum dos outros testes relacionados poderia ser considerados como o Teste de Yergason. Acrescento referência que descreve a tração durante a execução do teste.

Teste de Yergason: Envolve manter o cotovelo em 90º, com o antebraço pronado, enquanto o atleta tenta fazer uma supinação ativa contra a resistência do fisioterapeuta esportivo, à medida que o úmero é tracionado inferiormente. A presença de dor pode indicar irritação no tendão do bíceps.

PRENTICE, W. E. Fisioterapia na prática esportiva: uma abordagem baseada em competências. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, Artmed, 2012.

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão pergunta ao candidato, entre os tecidos citados, em qual a maior profundidade de penetração com US de 1MHZ é alcançada. Existe uma relação entre frequência, absorção, atenuação e profundidade de penetração. A intensidade do ultra-som vai diminuindo devido a atenuação, e a distância em que isto ocorre é chamada de profundidade média. A maior profundidade que se pode esperar um efeito terapêutico se conhece como profundidade de penetração. Esta profundidade no tecido se mede no ponto onde a energia chega a 10% do valor do início da intensidade ultrassônica aplicada. À medida que a onda de ultrassom é transmitida por vários tecidos, há uma atenuação ou diminuição na intensidade de energia. Essa diminuição se deve à absorção de energia pelos tecidos ou à dispersão e disseminação da onda sonora que resulta de reflexão ou de refração. O ultrassom penetra pelos tecidos com alto conteúdo de água e é absorvido nos tecidos densos ricos em proteína, nos quais ele terá maior potencial de aquecimento. A capacidade da energia acústica de penetrar ou de ser transmitida aos tecidos mais profundos é determinada pela frequência do ultrassom, bem como pelas características dos tecidos pelos quais o ultrassom está se propagando. A penetração e a absorção estão inversamente relacionadas. A absorção aumenta à medida que a frequência aumenta; dessa forma, menos energia é transmitida para os tecidos mais profundos. Tecidos com maior conteúdo de água possuem uma taxa menor de absorção, ao passo que tecidos com maior conteúdo de proteína possuem uma alta taxa de absorção. A gordura (tecido adiposo e não pele) tem uma taxa de absorção relativamente baixa e o músculo absorve uma quantidade consideravelmente maior. Portanto,



se há pouca absorção há maior penetração. Se toda a onda fosse absorvida pela gordura subcutânea, a penetração seria pequena impedindo que atingisse tecidos mais profundos. Ainda, a frequência de 1 MHz é mais útil para indivíduos com alta porcentagem de gordura corporal cutaneamente e sempre que se deseja produzir efeitos em estruturas mais profundas.

Referência Bibliográfica: PRENTICE, W. E. Fisioterapia na prática esportiva: uma abordagem baseada em competências. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, Artmed, 2012.

PRENTICE, W. E. Modalidades terapêuticas para fisioterapeutas. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, Artmed, 2014.

FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão diz respeito a alterações de deglutição mais descritas na literatura. Alterações de motricidade oral podem sim comprometer as funções estomatognáticas, porém a questão não se refere a essas alterações no geral e nem de alterações específicas de uma população, mas sim das alterações mais descritas na literatura da função da deglutição. Então, dentre as alternativas, a alteração que não é uma das mais descritas na literatura é a mastigação bilateral simultânea.

Referência Bibliográfica: FERNANDES et al. Tratado de Fonoaudiologia (2ed). In: TESSITORE, A. CATTONI, D.M. Diagnóstico das alterações de respiração, mastigação e deglutição. Roca, 2010. P.464-467.

QUESTÃO 50 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que apesar da bibliografia pesquisada na elaboração da questão descrever que a Audiometria lúdica pode ser realizada a partir dos 2 anos de idade, alguns autores colocam que essa avaliação é recomendada a partir de 30 meses ou entre 24 e 30 meses.



Referência Bibliográfica: 1. BEVILACQUA et al. Tratado de Audiologia. SANTOS, T.M.M. (1ed). Diagnóstico audiológico em crianças. São Paulo: Santos, 2013. P. 542-544. 2. FERNANDES et al. Tratado de Fonoaudiologia (2ed). In: MARTINEZ, M.A.N.S. Avaliação Audiológica Infantil. Roca, 2010. P.122. LEVY, C.C.A.C. 3. Manual de audiologia pediátrica. In: REDONDO, M.C.; BRUNNER, A.P. Avaliação clínica da audição da criança: procedimentos e interpretação de resultados. Manole, 2015. P. 68-69.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o questionamento feito diz respeito a alternativa que foi dada como INCORRETA. A letra C é a alternativa correta e a resposta da questão.

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que paciente realizou exame de glicemia de jejum, com resultado de 112mg/dl. Neste momento estaria indicado outro teste para confirmação do diagnóstico, seja de diabetes mellitus, seja de glicemia de jejum alterada/intolerância a glicose. O segundo teste fornecido na questão era desnecessário, uma vez que a paciente já tinha indicação de dosar hemoglobina glicada ou teste oral de tolerância a glicose. Como o candidato coloca no recurso De acordo com a diretriz brasileira de diabetes: "No indivíduo assintomático, É RECOMENDADO utilizar como critério de diagnóstico de DM a glicemia plasmática de jejum maior ou igual a 126 mg/dl, a glicemia duas horas após uma sobrecarga de 75 g de glicose igual ou superior a 200 mg/dl ou a HbA1c maior ou igual a 6,5%. É necessário que dois exames estejam alterados. Se somente um exame estiver alterado, este deverá ser repetido para confirmação." Estes 2 exames que são colocados como alterados devem ser EXAMES DISTINTOS para que o diagnóstico ocorra e devem estar dentro das faixas de valores colocadas pela diretriz.



Referência Bibliográfica: Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes – Update 2/2023.

MÉDICO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

QUESTÃO 46 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “A” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que Conforme o item apresentado o episódio único e com sintomas de sudorese, dispneia ou taquicardia por der um quadro de angina e/ou síndrome coronariana aguda, também descrito no item III, sendo assim o gabarito será alterado de A para C; A banca considerou op argumento do candidato;

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/distúrbios-gastrointestinais/sintomas-dos-distúrbios-gastrointestinais/dispepsia>

MÉDICO GENERALISTA

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o argumento do candidato não faz coerência, pois o item tem o palavra PODE sendo uma argumento de que o tratamento e auxiliado e não decretado o tempo de recuperação conforme o candidato demonstra na sua argumentação, sendo assim a banca mantem o gabarito apresentado.

Referência Bibliográfica: 1. Radins RB, Klueger PA, Kock KS. Prevalência de lesões de manguito rotador em laudos de ressonância magnética de ombro em uma clínica ortopédica do sul de Santa Catarina. Revista da AMRIGS, 2021;65(3):1-6. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/05/1370032/ao-23511.pdf> [Acesso: 05/12/2022]. 2. Franco ESB, Puga MES, Imoto AM, et als. What do Cochrane Systematic Reviews say about conservative and surgical therapeutic interventions for treating rotator cuff disease? Synthesis of evidence. São Paulo Med. J, 2019;137(6):543-549. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/spmj/a/LsfMKgxwjQ5LW4KQ7fCZzJb/?format=pdf&lang=en> [Acesso: 05/12/2022]

3. Maeda EY, Helfenstein Jr. M, Ascencio JEB, Feldman D. O ombro em uma linha de produção: estudo clínico e ultrassonográfico. Rev. Bras. Reumatol, 2009;9(4):375-386.

Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/XxYVhB5QxbYgm93LHrSjGhD/?lang=pt> [Acesso: 05/12/2022]

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDO, tendo em vista que _A questão difícil de interpretar pois o candidato deveria ter o conhecimento prévio de que deve ser os antecedentes AFRICANOS e nao europeus como apresentado no item B e que a contagem deve ser abaixo de 500 células/ μ L, sendo que o item ainda apresenta outra falha que e monomorfismo, sendo que o correto e polimorfismo, então o candidato deveria ter o conhecimento previo destas informações para conhecer que o item estava incorreto; Sendo assim o gabarito se mantém;

Texto retirado da integra: “Pessoas de ascendência africana ou do Oriente Médio frequentemente têm contagens de neutrófilos tão baixas quanto 500/mcL ($0,5 \times 10^9/L$), que é chamada de neutropenia étnica. Essa diferença agora é, em geral, atribuível a polimorfismos no gene do receptor-1 do antígeno Duffy para quimiocinas (*DARC*, na sigla em inglês). A neutropenia acompanhada de monocitopenia e linfocitopenia causa déficits imunitários mais graves do que a neutropenia isolada.”

Referência Bibliográfica:

<https://www.msmanuals.com/pt-pt/profissional/hematologia-e-oncologia/leucopenias/visão-geral-da-leucopenias>



MÉDICO GINECOLOGISTA – I

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a alternativa “E”, conforme exposto no recurso, gerou interpretação dúbia.

Referência Bibliográfica: Anticoncepção hormonal combinada. São Paulo: FEBRASGO; 2021. (Protocolo FEBRASGO-Ginecologia, no 65/ Comissão Nacional Especializada em Anticoncepção).

QUESTÃO 43 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que existem duas alternativas corretas.

Referência Bibliográfica: Anticoncepção hormonal combinada. São Paulo: FEBRASGO; 2021. (Protocolo FEBRASGO-Ginecologia, no 65/ Comissão Nacional Especializada em Anticoncepção).

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no enunciado está descrito que há uma “massa heterogênea em topografia do anexo” ficando bastante claro que não há visualização de embrião, portanto não havendo contraindicação ao tratamento clínico.

Referência Bibliográfica: Tratado de ginecologia Febrasgo / editores Cesar Eduardo Fernandes, Marcos Felipe Silva de Sá; coordenação Agnaldo Lopes da Silva Filho ...[et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.



MÉDICO VETERINÁRIO

QUESTÃO 33 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que por um equívoco na elaboração onde se lê ossos ocos, deveria ser ossos finos ou delgados.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que todas alternativas apresentadas, exceto a correta letra D, estão dentro de um contexto dos fatores predisponentes conhecidos no meio rural, deixando os animais susceptíveis a acidentes ofídicos.

Referência Bibliográfica: <https://books.scielo.org/id/sfwtj/pdf/andrade-9788575413869-25.pdf>

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige o mecanismo de ação primária do anestésico.

Referência Bibliografia:

https://www.udesc.br/arquivos/cav/id_cpmenu/3157/DISSERTA__O__GABRIELA_BORGES_CONTERNO_2022_16679963125258_3157.pdf

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista a alternativa A é a única que atende corretamente ao enunciado.

Referência Bibliográfica: <https://wp.ufpel.edu.br/ccz/apresentacao-2/o-que-sao-zoonoses/>



MOTORISTA

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a pergunta não aborta hemorragia estomacal e sim hemorragia intracerebral.

Referência Bibliográfica: Tecnodata Curitiba – Primeira Habilitação.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa “C” faz referência ao terceiro tempo dos motores a quatro tempo: “explosão”.

Referência Bibliográfica: Tecnodata Curitiba – Primeira Habilitação.

QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, pois há duas alternativas iguais.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa IV apresenta-se de forma incorreta trocando aspecto “Gravíssima” por “Grave”.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm



QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o texto foi extraído do CTB – Código de Trânsito Brasileiro como segue na figura:

NOITE - período do dia compreendido entre o pôr-do-sol e o nascer do sol.

ÔNIBUS - veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros, ainda que, em virtude de adaptações com vista à maior comodidade destes, transporte número menor.

OPERAÇÃO DE CARGA E DESCARGA - imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.

OPERAÇÃO DE TRÂNSITO - monitoramento técnico, baseado nos conceitos de engenharia de tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e de parada na via, de forma a reduzir as interferências, tais como veículos quebrados, sinistrados, estacionados irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores. ([Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023](#))

PARADA - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.

PASSAGEM DE NÍVEL - todo cruzamento de nível entre uma via e uma linha férrea ou trilho de bonde com pista própria.

PASSAGEM POR OUTRO VEÍCULO - movimento de passagem à frente de outro veículo que se desloca no mesmo sentido, em menor velocidade, mas em faixas distintas da via.

PASSAGEM SUBTERRÂNEA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível subterrâneo, e ao uso de pedestres ou veículos.

PASSARELA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres.

PASSEIO - parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

PATRULHAMENTO - [Revogado pela Lei nº 14.599, de 2023](#)

PATRULHAMENTO OSTENSIVO - função exercida pela Polícia Rodoviária Federal com o objetivo de prevenir e reprimir infrações penais no âmbito de sua competência e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, de forma a assegurar a livre circulação e a prevenir sinistros. ([Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023](#))

PATRULHAMENTO VIÁRIO - função exercida pelos agentes de trânsito dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviário, no âmbito de suas competências, com o objetivo de garantir a segurança viária nos termos do [§ 10 do art. 144 da Constituição Federal](#). ([Incluído pela Lei nº 14.229, de 2021](#))

PERÍMETRO URBANO - limite entre área urbana e área rural.

PESO BRUTO TOTAL - peso máximo que o veículo transmite ao pavimento, constituído da soma da tara mais a lotação.

PESO BRUTO TOTAL COMBINADO - peso máximo transmitido ao pavimento pela combinação de um caminhão-tractor mais seu semi-reboque ou do caminhão mais o seu reboque ou reboques.

PISCA-ALERTA - luz intermitente do veículo, utilizada em caráter de advertência, destinada a indicar aos demais usuários da via que o veículo está imobilizado ou em situação de emergência.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o que segue extraído do CTB – Código de Trânsito Brasileiro:



WhatsApp x Conta do Google x Conta do Google x Login conta hotmail x Microsoft account | S x L9503Compilado x + - X

planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

Gmail YouTube Maps Notícias Traduzir

NOITE - período do dia compreendido entre o pôr-do-sol e o nascer do sol.

ÔNIBUS - veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros, ainda que, em virtude de adaptações com vista à maior comodidade destes, transporte número menor.

OPERAÇÃO DE CARGA E DESCARGA - imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.

OPERAÇÃO DE TRÂNSITO - monitoramento técnico, baseado nos conceitos de engenharia de tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e de parada na via, de forma a reduzir as interferências, tais como veículos quebrados, sinistrados, estacionados irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores. [\(Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023\)](#)

PARADA - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.

PASSAGEM DE NÍVEL - todo cruzamento de nível entre uma via e uma linha férrea ou trilho de bonde com pista própria.

PASSAGEM POR OUTRO VEÍCULO - movimento de passagem à frente de outro veículo que se desloca no mesmo sentido, em menor velocidade, mas em faixas distintas da via.

PASSAGEM SUBTERRÂNEA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível subterrâneo, e ao uso de pedestres ou veículos.

PASSARELA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres.

PASSEIO - parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

PATRULHAMENTO - [Revogado pela Lei nº 14.599, de 2023](#)

PATRULHAMENTO OSTENSIVO - função exercida pela Polícia Rodoviária Federal com o objetivo de prevenir e reprimir infrações penais no âmbito de sua competência e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, de forma a assegurar a livre circulação e a prevenir sinistros. [\(Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023\)](#)

PATRULHAMENTO VIÁRIO - função exercida pelos agentes de trânsito dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviário, no âmbito de suas competências, com o objetivo de garantir a segurança viária nos termos do [§ 10 do art. 144 da Constituição Federal](#). [\(Incluído pela Lei nº 14.229, de 2021\)](#)

PERÍMETRO URBANO - limite entre área urbana e área rural.

PESO BRUTO TOTAL - peso máximo que o veículo transmite ao pavimento, constituído da soma da tara mais a lotação.

PESO BRUTO TOTAL COMBINADO - peso máximo transmitido ao pavimento pela combinação de um caminhão-tractor mais seu semi-reboque ou do caminhão mais o seu reboque ou reboques.

PISCA-ALERTA - luz intermitente do veículo, utilizada em caráter de advertência, destinada a indicar aos demais usuários da via que o veículo está imobilizado ou em situação de emergência.

Pesquisar 14°C POR 10:02

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

NUTRICIONISTA

QUESTÃO 31 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que há mais de uma possibilidade de resposta correta.

QUESTÃO 32 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que há um erro na formulação da questão, o qual inviabiliza a adequada interpretação da mesma.



QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, de acordo com as recomendações propostas pela Resolução RDC 216/2004 (ANVISA, 2004), que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, a única possibilidade de resposta correta é a alternativa C.

De acordo com o documento, a primeira afirmativa é falsa, pois:

“4.8.8 O tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de, no mínimo, 70°C (setenta graus Celsius). Temperaturas inferiores podem ser utilizadas no tratamento térmico desde que as combinações de tempo e temperatura sejam suficientes para assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.”

A segunda, a terceira e quarta afirmativas são verdadeiras, pois:

“4.8.9 A eficácia do tratamento térmico deve ser avaliada pela verificação da temperatura e do tempo utilizados e, quando aplicável, pelas mudanças na textura e cor na parte central do alimento.”

“4.8.10 Para os alimentos que forem submetidos à fritura, além dos controles estabelecidos para um tratamento térmico, deve-se instituir medidas que garantam que o óleo e a gordura utilizados não constituam uma fonte de contaminação química do alimento preparado.”

E a última afirmativa é falsa, uma vez que:

4.8.11 Os óleos e gorduras utilizados devem ser aquecidos a temperaturas não superiores a 180°C (cento e oitenta graus Celsius), sendo substituídos imediatamente sempre que houver alteração evidente das características físico-químicas ou sensoriais, tais como aroma e sabor, e formação intensa de espuma e fumaça.

Referência Bibliográfica:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 setembro de 2004.



OPERADOR DE MÁQUINAS

QUESTÃO 34 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a figura encontra-se ilegível.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão tem clareza tanto em seu enunciado quanto nas alternativas.

Referência Bibliográfica: Tecnodata Curitiba – Primeira Habilitação.

ORIENTADOR SOCIAL

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que “Os serviços de acolhimento são regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes são considerados serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e podem ocorrer nas seguintes modalidades: a) Serviço de Acolhimento Institucional: - Abrigo institucional; - Casa-lar; - República b) Serviço de Acolhimento Familiar: Cumprido ressaltar, nos termos do art. 34, §1º do ECA, que a inclusão de crianças e adolescentes nos programas de acolhimento familiar deve ter preferência sobre a inclusão em acolhimento institucional.” Além disso, as medidas socioeducativas são medidas repressivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicáveis para jovens de 12 a 18 anos que cometerem ato infracional.



Referência Bibliográfica: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Serviços De Acolhimento Para Crianças E Adolescentes. 2020. Disponível em:

<https://www.mpmg.mp.br/data/files/C6/E6/36/81/C3A0D710917B50D7860849A8/>

Cartilha%20Servicos%20de%20Acolhimento%20para%20Crianças%20e%20Adolescentes-Perguntas%20e%20Respostas%20_MPMG-CAODCA_.pdf

PROFESSOR

QUESTÃO 43 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os questionamentos em torno da BNC Formação foram lidos e avaliados pela Banca Avaliadora, ponderando sobre a questão a sua manutenção, visto que: trata-se de processo de conhecimento da Legislação atual em relação às Políticas educacionais vigentes bem como ao documento base que define, delimita e direciona o processo de formação de professores em cenário nacional, sendo temática de ampla discussão nos cursos de formação de professores em território nacional. A BNC-Formação constitui um documento oficial relacionado inclusive à Gestão da Educação como um todo, estando disponível no site <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> do Ministério da Educação, comprovando sua veracidade e disponibilidade pública de essencial importância na carreira docente. Ainda, tal documento oficializa as Diretrizes de Formação de professores, sendo BASE de conhecimento na atualidade. Já em seu primeiro Artigo, define e delimita: Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação), constante do Anexo, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente. Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018. Em outras palavras, ambas se correlacionam e



delimitam formas de acesso à formação docente e consequente atuação em espaço educacional. Ainda, todo processo de seleção via concurso prevê questões de ordem interpretativa, e a questão acima é muito objetiva na resposta. Por fim, num dos textos questionados, o próprio questionamento é dúbio, pois diz *Salienta-se que o assunto da questão não está incompatível com o anexo*, ou seja, está reafirmando que está correta, além de que a palavra incompatível se escreve com N... e não m antes da letra C, sendo outro erro considerável no processo de escrita, pois estamos tratando de seleção de PROFESSORES. De igual maneira, junto com a palavra Estabelece escrita de forma incompleta e da palavra estudatos, com erro de grafia. Por fim, Nenhuma questão foi elaborada para que o candidato seja induzido ao erro, mas sim, que reflita sobre as mesmas e as interprete, tal qual exige a atuação em espaço educacional. Sem mais, consideramos a manutenção da questão e da resposta adequada.

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão em tela corresponde exatamente às definições e correlações entre Alfabetização e Letramento, posto que devemos considerar que o termo potencialidades nesse caso se refere ao desenvolvimento das mesmas no processo de alfabetização e letramento, enquanto um conjunto de aprendizagens necessárias que todos terão acesso no construto do saber sistematizado escolar, e para além dele, pois Letramento se relaciona intimamente com as práticas sociais. A resposta correta é precisa, clara e objetiva, definindo, entre as cinco alternativas, a única que delimitava corretamente a relação entre Alfabetização e Letramento.

PSICÓLOGO

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme o disposto na NOB SUAS, esclarecendo que o pedido na questão foi uma das seguranças afiançadas pela referida NOB SUAS, sendo que a alternativa D apresenta corretamente uma delas. As alternativas A,



B e C apresentam diretrizes estruturantes da gestão do SUAS e a alternativa E apresenta um princípio ético para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS.

Referência Bibliográfica:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é necessário esclarecer que a questão pede um componente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) mais o respectivo ponto de atenção, e em todas as alternativas constam a descrição de um componente da Rede de Atenção e de um ponto atenção, sendo correta a relação apenas na alternativa E.

Referência Bibliográfica: UNA-SUS/UFMA. Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS/ Paola Trindade Garcia. Regimarina Soares Reis (Org.). - São Luís: EDUFMA, 2018.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme a Portaria n. 399/2006, verificar item II – O Pacto Em Defesa Do Sus, texto: “As prioridades do Pacto em Defesa do SUS são: implementar um projeto permanente de mobilização social com a finalidade de: Mostrar a saúde como direito de cidadania e o SUS como sistema público universal garantidor desses direitos; Alcançar, no curto prazo, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, pelo Congresso Nacional; Garantir, no longo prazo, o incremento dos recursos orçamentários e financeiros para a saúde. Aprovar o orçamento do SUS, composto pelos orçamentos das três esferas de gestão, explicitando o compromisso de cada uma delas”.

Referência Bibliográfica:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html



QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme a Resolução nº 14 de 28 de junho de 2023, sendo claro e explícito que o que foi pedido no anunciado refere-se ao conteúdo do artigo 4º, e a letra D não apresenta nenhum conteúdo relacionado ao que consta no referido artigo da resolução, portanto a alternativa é correta.

Referência Bibliográfica:

<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-14-2023-regulamenta-o-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-na-realizacao-de-avaliacao-de-riscos-psicossociais-relacionados-ao-trabalho-no-ambito-das-normas-regulamentadoras-do-ministerio-do-trabalho-e-previdencia-dos-demais-marcos-legais-de-orgaos-governamentais-e-de-projetos-e-acoes-no-ambito-de-saude-e-seguranca-nos-diferentes-contextos-de-trabalho?origin=instituicao>

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme a referência bibliográfica indicada, segue o trecho da obra utilizada: “Seleção contingente - se os candidatos passarem nos métodos de seleção substantiva, estão prontos para ser contratados, dependendo de uma última avaliação. Um método contingente comum é o exame toxicológico”. (Robbins, 2011, p. 538). Nas demais alternativas não constam métodos da seleção contingente.

Referência Bibliográfica: Robbins, Stephen P. Comportamento organizacional / Stephen P. Robbins, 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 538.

QUESTÃO 43 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que acatando o recurso, a alternativa E pode possibilitar dupla interpretação, isso se deve pela forma como o enunciado foi apresentado na descrição, deveria estar mais explicado com pormenores para efetivamente estar incorreto.



Referência Bibliográfica: Schultz, Duane P. Teorias da personalidade / Duane P. Schultz, Sydney Ellen Schultz; 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2015, capítulo 2.

QUESTÃO 46 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme a referência bibliográfica indicada, trecho utilizado sem mudança de sentido ou contexto:

“As funções perturbadas fazem pressentir transtornos subjacentes, ligados à personalidade inteira, atingida na sua estrutura e em seu modo de existir.” (p. 138)

Referência Bibliográfica: Dalgalarrondo, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais / Paulo Dalgalarrondo. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2019, p. 138.

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão foi elaborada corretamente conforme a referência bibliográfica indicada, trecho empregado sem mudança alguma de sentido:

“É a chamada teoria da avaliação cognitiva, que sustenta que a introdução de recompensas externas, como pagamento, para trabalhos que eram anteriormente gratificantes apenas por seu conteúdo, tendem a reduzir a motivação intrínseca para realizá-los. A teoria da avaliação cognitiva defende que as recompensas extrínsecas reduzem o interesse intrínseco em uma tarefa se elas foram vistas como forma de controle da organização sobre o comportamento dos trabalhadores. Quando alguém é pago por um trabalho, tem a impressão de que aquilo é menos uma coisa que ele quer fazer e mais uma coisa que ele tem de fazer” (p. 203).

Referência Bibliográfica: Robbins, Stephen P. Comportamento organizacional / Stephen P. Robbins, 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010, p. 203.



TÉCNICO AGRÍCOLA

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o fogo pode ser utilizado e recomendado em culturas específicas (frutíferas, por exemplo) em situações que exijam destruição dos restos culturais infestados, para não se colocar em risco toda a área e permitir a proliferação do agente contaminante. Evidente que é situação especial e outras medidas podem ser adotadas antes.

Referência Bibliográfica: Berti Filho e Macedo (2011).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO 42 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que possui itens com a mesma numeração (II e II).

TÉCNICO EM FARMÁCIA

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa B é correta.

A alternativa correta é a letra (B) - Consultar um farmacêutico ou enfermeiro para obter orientação sobre a administração intravenosa. Como o técnico em farmácia não tem experiência com administração intravenosa, a melhor abordagem é buscar orientação de um profissional de saúde qualificado, como um farmacêutico ou enfermeiro, que possa fornecer as instruções corretas para a preparação e administração segura do medicamento por via intravenosa (Llapa-Rodriguez et al., 2018)._O objetivo da questão “Assinale a alternativa correta sobre qual procedimento o técnico deve seguir” é claro. O procedimento



é a interpretação que o candidato deveria ter sobre a situação exposta na questão.

Referência Bibliográfica: Llapa-Rodriguez, E.O. et al. (2018) 'Assistência segura ao paciente no preparo e administração de medicamentos', Revista Gaúcha de Enfermagem, 38(4), pp. e2017–e2029. Available at: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.2017-0029>.

OMS. WHO guidelines on drawing blood: best practices in phlebotomy. Geneva: World Health Organization; 2010.

Perry AG, Potter PA, Ostendorf W. Fundamentos de enfermagem. 9a ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2018.

Phillips LD, Truter E. Clinical pharmacy and therapeutics. 6th ed. China: Elsevier; 2011.

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa C é a correta.

(A) O princípio da potência indica a capacidade de um medicamento de produzir um efeito terapêutico desejado em baixas concentrações. Esta definição está correta. No entanto, a pergunta pede por um princípio importante da farmacologia, e o princípio da potência, embora relevante, não é tão fundamental quanto o princípio da seletividade.

(B) O princípio da variabilidade indica que a resposta a um medicamento pode variar entre indivíduos devido a diferenças genéticas. Este princípio também é importante na farmacologia, mas novamente, não é tão fundamental quanto o princípio da seletividade.

(D) O princípio da especificidade indica que um medicamento pode ter múltiplos alvos no organismo, levando a diferentes efeitos terapêuticos. Esta definição está incorreta. O princípio da especificidade geralmente se refere à capacidade de um medicamento de se ligar seletivamente a um único tipo de receptor e desencadear uma resposta específica.

(E) O princípio da eficácia diz respeito à capacidade de um medicamento de produzir o efeito terapêutico desejado em todas as situações clínicas. Esta definição está incorreta. O princípio da eficácia se refere à capacidade de um medicamento de produzir o efeito terapêutico desejado em uma determinada situação clínica, não em todas as situações.

A alternativa (C) é a mais correta, pois descreve o princípio da seletividade, que é fundamental na farmacologia devido à sua relação com a interação



medicamentosa com receptores específicos. As outras alternativas estão incorretas ou não são tão fundamentais quanto o princípio da seletividade.

Referência Bibliográfica:

Neubig, R.R., Spedding, M., Kenakin, T. & Christopoulos, A. International Union of Pharmacology Committee on Receptor Nomenclature and Drug Classification. XXXVIII. Update on Terms and Symbols in Quantitative Pharmacology. *Pharmacol. Rev.* 55: 597–606, 2003.

Black, J.W. & Leff, P. Operational models of pharmacological agonism. *Proc. R. Soc. Lond. B* 220: 141-162, 1983.

Marley, J. Efficacy, effectiveness, efficiency. *Aust. Prescr.* 23:114-115, 2000.

Rogério Hoefler, R. & Maluf, A.C.S. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2010 e Formulário Terapêutico Nacional 2010. *Farmacoterapêutica*, Ano XV, Número 06, nov-dez, 2010.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa B é a correta. A questão de interpretação do candidato está incorreta. A NR-32 tem COMO OBJETIVO PRINCIPAL exatamente o conteúdo da alternativa B, dentre as 5 alternativas.

Referência Bibliográfica: Norma Regulamentadora No. 32 (NR-32) — Ministério do Trabalho e Emprego (no date). Available at: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32> (Accessed: 29 March 2024).

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a tologia em “Anel” é implementado em formato circular, porém a denominação correta de



identificação é topologia em Anel e não Topologia Circular, sendo que essa última definição está incorreta.

Referência Bibliográfica: Barreto, Jeanine, S. et al. Fundamentos de redes de computadores. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é função do TCP fazer o transporte de dados em pacotes, denominados datagramas. Cada um é transportado separadamente. Esses datagramas trafegam de formas diferentes e podem chegar ao destino duplicados. Ressalta-se que o IP é um protocolo responsável pelo endereçamento lógico, que atua na camada de rede. Ele não consegue acompanhar todas as rotas de transporte, e também não possui recurso para reordenar os datagramas quando eles chegam ao seu destino.

Referência Bibliográfica: BARRETO, Jeanine S.; ZANIN, Aline; SARAIVA, Maurício O. Fundamentos de redes de computadores. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027138.

QUESTÃO 50 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a rotina scheduler (ou escalonador) é encarregada de implementar a política de escalonamento.

Referência Bibliográfica: VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099.



TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

QUESTÃO 41 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a NBR 16820:2020 encontra-se cancelada.

QUESTÃO 42 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a NBR 16820:2020 encontra-se cancelada.

QUESTÃO 43 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a NBR 16820:2020 encontra-se cancelada.

QUESTÃO 44 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a NBR 16820:2020 encontra-se cancelada.